

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO**  
**CURSO DE LETRAS**

**JOÃO ABEL PASINI LEANDRO**

**RELAÇÕES ENTRE POLÍTICA E EDUCAÇÃO:**  
**uma análise discursiva de propostas de campanhas eleitorais**

**São Leopoldo**  
**2018**

JOÃO ABEL PASINI LEANDRO

**RELAÇÕES ENTRE POLÍTICA E EDUCAÇÃO:  
uma análise discursiva de propostas de campanhas eleitorais**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito final para obtenção do título de  
Licenciado em Língua Portuguesa, pelo Curso  
de Letras da Universidade do Vale do Rio dos  
Sinos – UNISINOS

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Viviane Klaus

São Leopoldo

2018

Dedico este trabalho à minha avó, Marlene Claudete Pasini  
(*in memoriam*). Tudo o que eu sou e tenho hoje, devo  
integralmente a ela. Saudades eternas, vó.

## AGRADECIMENTOS

À minha avó, Marlene Claudete Pasini, certamente a pessoa mais importante de minha vida, minha melhor amiga. Indescritível a falta que me faz, por tudo que significou e significará para sempre.

À minha mãe, Daiana Mabel Pasini, por ter dedicado sua vida a cuidar de mim, superando quaisquer dificuldades vividas.

À minha namorada, Julia Stürmer dos Reis, minha grande companheira e motivadora de meus estudos; e à sua família, que me acolheu com muito carinho e de braços abertos nos últimos anos.

À minha orientadora neste trabalho, prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Viviane Klaus, pela paciência, pelo comprometimento e pela dedicação na construção desta pesquisa.

Ao prof. Dr. Telmo Adams, por me proporcionar a oportunidade de dar os primeiros passos como pesquisador, sempre agindo de forma exemplar no trabalho, com calma e amorosidade, mas sem perder o rigor.

Ao grupo de pesquisa do prof. Telmo Adams, do qual fiz parte durante praticamente todo o período de escrita desse projeto; bem como a todo o grupo de pesquisa do prof. Danilo Romeu Streck, por terem sido ótimos colegas e amigos.

Aos meus amigos, pelo apoio prestado para que eu chegasse até esse momento, com palavras, caronas, pernoites, almoços e jantares coletivos, horas de bar e bilhar...

Aos professores com quem tive contato durante minha graduação, pois cada um deixou uma semente de contribuição para a chegada a este momento.

A todos que, junto comigo, transformaram São Leopoldo em um pedacinho de Tramandaí.

Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo. [...] O que é afinal sistema de ensino senão uma ritualização da palavra, senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes? [...]. (FOUCAULT, 1999, p. 44-45).

## RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de investigar de que forma as concepções sobre educação são (re)produzidas pelos discursos políticos veiculados às campanhas eleitorais dos candidatos ao segundo turno para os cargos de Prefeito de Porto Alegre/RS (pleito eleitoral de 2016), Governador do Rio Grande do Sul (pleito eleitoral de 2014) e Presidente do Brasil (pleito eleitoral de 2014), tendo o entendimento de que esses discursos também são produzidos a partir das relações entre questões educacionais, políticas e econômicas. Quanto à base teórica utilizada, buscou-se inspiração genealógica foucaultiana para sua construção, discutindo-se as relações entre economia e política, bem como descrevendo a constituição do pensamento liberal até a consolidação do neoliberalismo e as modificações de função do Estado ao longo das últimas décadas. Fundamentando-se nesse aporte, realizou-se uma análise documental/monumental das propostas de campanha eleitoral, a partir de quatro categorias de análise: melhora dos resultados apresentados pelos índices estatísticos educacionais; aplicação e ampliação das escolas integrais; modernização tecnológica; formação continuada e valorização de professores. Após a análise dos programas de governo dos seis candidatos, percebeu-se a influência do modelo político-econômico neoliberal nas modificações do papel do Estado como gestor, e não mais como provedor de recursos básicos. A escola, ao passo que se engendra sobre índices estatísticos, modifica as concepções educacionais de acordo com o seu novo foco: os resultados de seus sujeitos-clientes, cujas competências desenvolvidas nos anos escolares devem ser transformadas em atributos de valor performativo.

**Palavras-chave:** Discurso político. Educação. Estado. Inspiração genealógica foucaultiana. Neoliberalismo.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Temas das propostas de campanha referentes à área educacional.....	22
Quadro 2 – Dados introdutórios de Sartori e Cairoli (2014) .....	37
Quadro 3 – Dados introdutórios de Genro e Pereira (2014).....	37
Quadro 4 – Parceria com os professores municipais a fim de alavancar o IDEB .....	38
Quadro 5 – Baixa performance da educação gaúcha, segundo o IDEB .....	38
Quadro 6 – Propostas arquitetadas a partir do desempenho nos índices educacionais .....	39
Quadro 7 – Valorização da remuneração e ofertas de premiações aos docentes .....	40
Quadro 8 – Relações entre melhores salários e melhor formação.....	41
Quadro 9 – A unanimidade pela implantação da escola integral .....	44
Quadro 10 – A escola integral como medida de combate ao risco social .....	45
Quadro 11 – A necessidade da modernização tecnológica das escolas.....	47
Quadro 12 – Propostas educacionais de Genro e Pereira (2014) .....	47

## LISTA DE SIGLAS

ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 SOBRE A PESQUISA.....</b>	<b>11</b>
<b>2.1 Justificativa .....</b>	<b>11</b>
<b>2.2 Caminhos metodológicos.....</b>	<b>15</b>
<b>3 DIÁLOGOS ENTRE EDUCAÇÃO E POLÍTICA NA CONTEMPORANEIDADE...28</b>	
<b>3.1 Sobre política e educação .....</b>	<b>28</b>
<b>3.2 A reconfiguração do Estado e seus efeitos na educação brasileira .....</b>	<b>32</b>
3.2.1 Os índices estatísticos educacionais e o novo papel gerencial do estado.....	36
3.2.2 O professor “M.V.P” e a escola performativa .....	40
3.2.3 Um dia inteiro imerso no novo mundo tecnológico: a escola neoliberal ideal.....	43
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>49</b>
<b>DOCUMENTOS CONSULTADOS.....</b>	<b>51</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta monografia inicia apresentando, no capítulo “Sobre a pesquisa”, a trajetória acadêmica do autor, descrevendo seu percurso desde o ingresso na licenciatura em Letras ao interesse pelas ciências sociais e humanas, além de também elucidar as motivações pessoais para a escrita e para a investigação proposta, que busca responder às seguintes perguntas de pesquisa: *de que modo os discursos políticos, veiculados em campanhas eleitorais, produzem concepções sobre a educação, ao mesmo tempo em que são produzidos a partir das relações entre os discursos educacional, político e econômico? Que concepções sobre educação são veiculadas por tais discursos?* Os discursos analisados estão presentes nas propostas de governo registradas junto ao Tribunal Superior Eleitoral pelos concorrentes ao segundo turno das eleições para: Prefeito da Cidade de Porto Alegre/RS, em 2016; Governador do Estado do Rio Grande do Sul, em 2014; e Presidente da República Federativa do Brasil, em 2014. As expectativas sobre futuras contribuições possíveis deste estudo ao meio científico fecham a seção “Justificativa”.

Na seção seguinte, “Caminhos metodológicos”, apresentamos as escolhas feitas durante o percurso da pesquisa, adotando uma perspectiva de inspiração foucaultiana genealógica para o levantamento do referencial teórico que discute as relações entre economia e política, bem como descreve a constituição do pensamento liberal até a consolidação do neoliberalismo e as modificações de função do Estado ao longo das últimas décadas. As relações entre discurso político, poder e práticas discursivas analisadas são abordadas segundo Foucault (1979, 1999) e seus estudiosos Veiga-Neto (2007, 2015) e Fischer (2001, 2002). A análise documental dos programas de governo considera esses registros como verdadeiros monumentos, haja vista o valor histórico que os constitui, conforme Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009). Após a leitura das propostas, a partir de um quadro inicial, emergiram as categorias analíticas que norteiam a discussão das seções 3.2.1, 3.2.2 e 3.2.3.

Apresentamos a seção “Caminhos metodológicos” anteriormente ao referencial teórico, pois levamos em conta os caminhos investigativos e os procedimentos metodológicos utilizados. A opção metodológica também justifica a incorporação das análises nas subseções do referencial teórico.

O capítulo 3 discute concepções políticas a partir de um panorama macroestrutural, buscando estabelecer relações entre política, economia e sociedade. Tais categorias são elucidadas de acordo com a constituição da filosofia neoliberal, de modo que o percurso do capítulo desemboca nas influências desse modelo político-econômico para a educação brasileira. A partir da seção “A reconfiguração do Estado e seus efeitos na educação brasileira”,

direcionamos a discussão para as modificações do papel do Estado no Brasil e as consequentes modificações das concepções de educação na contemporaneidade. Nas subseções seguintes, buscamos compreender os modos pelos quais essas novas concepções educacionais são engendradas, exibindo quadros com excertos das propostas de campanha, organizados a partir das quatro categorias analíticas (melhora dos resultados apresentados pelos índices estatísticos educacionais; aplicação e ampliação das escolas integrais; modernização tecnológica; formação continuada e valorização de professores). Optamos pelo termo “categoria analítica”, utilizado por Fischer (2001), por estar de acordo com as opções metodológicas da pesquisa.

Os índices educacionais são, na subseção 3.2.1, a primeira categoria analítica problematizada, elucidando o novo papel gerenciador do Estado – que passa a subordinar, muitas vezes, as decisões governamentais apenas aos aspectos quantitativos. Na subseção 3.2.2, de maneira atrelada aos resultados dos índices, os professores tornam-se o foco da análise, através dos excertos dos programas de governo que demonstram a responsabilização dos docentes pelos resultados ruins da educação brasileira, preconizando a “valorização” dos profissionais condicionada a metas de performatividade. A primazia da implantação da escola integral e a necessidade de dispor de aparelhos tecnológicos modernos como medidas “messiânicas” para a melhora da qualidade da educação são problematizadas no item 3.2.3.

Finalmente, as “Considerações finais” apresentam uma breve reflexão acerca das mudanças de função do Estado, do alargamento de funções das instituições escolares, da responsabilização dos professores pelo desempenho escolar dos discentes e da formação de sujeitos-clientes, preparados para viver de acordo com o as possibilidades do estilo de vida neoliberal.

## 2 SOBRE A PESQUISA

Neste capítulo, apresentamos, na seção 2.1 – “Justificativa” –, o lugar de fala do autor atualmente, o problema e as justificativas para a realização desta pesquisa, além dos objetivos a serem alcançados no âmbito da temática da Educação. Na seção 2.2 – “Caminhos metodológicos” –, apresentamos autores e linhas de pensamento explorados para a contemplação metodológica da análise discursiva aqui proposta.

### 2.1 Justificativa

[...] pode-se examinar o mundo de hoje com ferramentas de ontem; mas não seria melhor tentar construir novas ferramentas para pensá-lo e examiná-lo, agora a partir de novas bases? (VEIGA-NETO, 2005, p. 5).

Ao longo de minha jornada como graduando do curso de Letras, desenvolvi, além de conhecimentos linguísticos essenciais para o sucesso de todo profissional de minha área de atuação, enorme apreço por discutir questões sociais e humanas<sup>1</sup> ligadas à linguagem.

Desse modo, durante o processo de amadurecimento pelo qual passei como leitor literário, comecei a observar críticas implícitas nas entrelinhas de diversas narrativas. Uma delas é a epopeia escrita por Luís de Camões, quando o autor, ao mesmo tempo que dedicou “Os Lusíadas” ao rei Dom Sebastião, deflagrou toda a cobiça, a imposição cultural e a exploração econômica praticadas pelos navegantes portugueses nos locais colonizados. Outro exemplo é a obra prima de Isabel Allende, que mesclou a narrativa fantástica “A Casa dos Espíritos” com problemáticas do contexto chileno do século XX, como as primeiras manifestações das sufragistas, o (ainda) incipiente marxismo da América Latina e a ditadura de Augusto Pinochet. Poderia ainda citar o teatro de Oswald de Andrade, autor que, explorando em “O Rei da Vela” os recursos irônicos do gênero dramático, expôs a exploração do capital e o pensamento retrógrado da sociedade brasileira da época. Outra obra marcante é a comédia de costumes de José de Alencar, que, apesar de ser considerado um escritor “burguês” por alguns críticos literários, rompeu com esse estereótipo ao escrever “O Demônio Familiar”, problematizando a escravidão e a exaltação exacerbada da cultura estrangeira.

---

<sup>1</sup> Além de minha predisposição aos estudos das ciências humanas e sociais, durante o último ano de graduação, fui bolsista de iniciação científica no Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos, na linha de pesquisa “Educação, Desenvolvimento e Tecnologias”, no âmbito do projeto “Educação, Trabalho Associado e (Des)colonialidade: estudo das experiências do Centro de Formação e Apoio a Assessoria Técnica em Economia Solidária da região sul do Brasil”, sob a orientação do prof. Dr. Telmo Adams.

Ressalto que as obras citadas acima não visam a apresentar esta pesquisa como um trabalho voltado à análise de textos dos mais diversos gêneros literários, mas pontuam a importância de ler o texto valorizando aspectos presentes que estão além do conteúdo explícito. Todas as críticas sociais e políticas presentes nesses livros apenas são perceptíveis e inteligíveis se considerarmos o contexto histórico da época e o lugar de fala do autor, elementos semelhantes àquilo que o linguista Galinari (2014) traduz como *ethos prévio*<sup>2</sup>. Ao me deparar com esse conceito em uma das aulas sobre discurso da graduação, descobri uma nova forma de interpretar quaisquer manifestações de comunicação, não apenas considerando o texto explícito, mas todo o contexto de produção. A partir disso, os estudos sobre o discurso passaram a ser minha grande inquietação como graduando. Nessa direção, desde minha experiência vivenciada na “Manifestação dos 20 centavos” – uma das nomenclaturas utilizadas pela mídia nacional na primeira ocorrência da série de protestos ocorridos a partir de 12 de junho de 2013, no Brasil –, passei a refletir acerca de questões políticas e sociais em nosso país e de seus efeitos na área da educação. Também é importante observar que tal tema se tornou uma questão latente e provocativa na sociedade brasileira, motivando-me a tomar os discursos voltados ao domínio político como recorte que me proponho a realizar neste estudo.

A crise política/econômica/social aflorada em nosso país é tão alarmante quanto é preocupante o alto nível de desinformação da população brasileira, deflagrado cada vez mais com a grande quantidade de compartilhamentos de *fake news* (notícias falsas, em tradução livre) e com a incapacidade crítica de se interpretarem os fatos ocorridos (e/ou noticiados). É impreterível que os brasileiros se posicionem de maneira crítica, expondo argumentos articulados e sérios, almejando soluções aplicáveis e não utópicas e sempre levando em conta o contexto do cenário global atual.

A sociedade brasileira vive esses percalços atuais porque é vítima, sobretudo, de um sistema educacional extremamente fragilizado, se comparado a países infimamente menores e de situação econômica delicada. Os cidadãos de nosso país – em função da constituição histórica da sociedade brasileira<sup>3</sup> e da dissociação entre economia e política, que passou a se estabelecer principalmente a partir dos anos 1990 – vêm apresentando uma falta de conhecimento preocupante sobre o dever do ator político perante os eleitores. Atualmente, o olhar crítico não está direcionado à condição de vida da população em geral, mas apenas ao mercado econômico como foco principal das decisões políticas, ignorando-se, muitas vezes, a matéria humana em sua complexidade.

---

<sup>2</sup> Galinari (2014, p. 267) refere-se ao *ethos prévio* como “[...] um conjunto de ‘imagens de si’ já existentes e anteriores ao discurso anexado [...]”.

<sup>3</sup> Sugiro a leitura de Souza (2017) para aprofundar essa discussão.

Relacionando-se tal discussão às condições econômicas e a seu cenário, a questão da corrupção<sup>4</sup> deveria entrar em pauta, talvez por meio de um estudo direcionado à dimensão de seu impacto conforme ao projeto político do País como um todo. Entretanto, esta pesquisa não contempla tal ponto, em virtude de o tema necessitar de um projeto mais amplo que o de uma monografia de graduação.

Motivada por um olhar crítico acerca do atual momento de crise brasileira, esta pesquisa está engajada em realizar uma análise de discurso político sobre educação, tendo como material empírico as propostas de campanha direcionadas à área da educação, registradas, oficialmente, junto à Justiça Eleitoral pelos candidatos aos cargos de: Prefeito(a) da cidade de Porto Alegre (pleito de 2016), Governador(a) do Estado do Rio Grande do Sul (pleito de 2014) e Presidente(a) da República Federativa do Brasil (pleito de 2014). A escolha desse material deve-se a seu valor histórico, legítimo e inquestionável, uma vez que essas propostas são documentos oficiais registrados pelas próprias siglas partidárias junto a um órgão possuidor de fé pública<sup>5</sup>. Além disso, a análise tem esse material como objeto de pesquisa levando em conta que, no processo eleitoral democrático, há oportunidade de escolha do representante mais adequado a tomar a responsabilidade de interferir em prol da sociedade. Portanto, as propostas de governo de cada concorrente são a forma de expor aos eleitores os projetos destinados a cidades/estados/países.

Nesse contexto, o recorte temporal direcionado às últimas eleições realizadas busca trazer reflexões atuais a este estudo. Quanto aos locais aos quais se referem essas propostas de campanha, a cidade de Porto Alegre foi escolhida pela sua importância e consequente influência em todo o Estado do Rio Grande do Sul, haja vista sua condição de cidade capital. Além disso, tanto a escolha do estado do Rio Grande do Sul quanto a da República Federativa do Brasil justificam-se pelo fato de este pesquisador e sua orientadora situarem-se nessas localidades, observando (e vivenciando), de forma mais contundente, os fenômenos sociais ocorridos nesse nicho populacional.

---

<sup>4</sup> De acordo com Hardt e Negri (2003, p. 412), “No Império a corrupção está em toda parte. É a pedra angular e a chave mestra da dominação. Reside em diferentes formas no governo supremo do Império e em suas administrações vassalãs, nas mais refinadas e nas mais poderosas forças policiais administrativas, nos *lobbies* das classes dominantes, nas máfias de grupos sociais emergentes, nas igrejas e seitas, nos autores e perseguidores de escândalos, nos grandes conglomerados financeiros e nas transações econômicas corriqueiras”.

<sup>5</sup> Em consonância com o art. 11, § 1º, *inciso* IX da Lei nº 9.504, de 30 de Setembro de 1997 (com redação determinada pela Lei nº 13.165/15): “Art. 11. Os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até as dezenove horas do dia 15 de agosto do ano em que se realizarem as eleições. § 1º O pedido de registro deve ser instruído com os seguintes documentos: IX - **propostas defendidas pelo candidato a Prefeito, a Governador de Estado e a Presidente da República**”. (BRASIL, 1997, grifo nosso).

Sobre o conteúdo das propostas, frisamos novamente que a análise se limita aos ditos sobre a área da educação, visto que, logicamente, a extensão desta pesquisa, considerado o seu nível acadêmico, exige recortes para que sua execução seja possível. Assim, as propostas educacionais são a prioridade da análise, dado que estão situadas na área de formação deste autor, que considera necessária uma educação pública de qualidade ao alcance de todos os cidadãos brasileiros como um pré-requisito primordial para a redução da desigualdade social.

Dessa forma, a falta de comprometimento com sua tarefa social por parte dos candidatos a representantes públicos da sociedade, ratificada por propostas de campanha muitas vezes descabidas, necessita de observações analíticas capazes de questionar com contundência as razões do fracasso do trabalho político no cenário educacional. Inúmeras, no entanto, são essas razões, de modo que não esperamos elucidar todas elas aqui. Assim, os principais objetivos desta análise estão organizados a fim de investigar o seguinte problema: *de que modo os discursos políticos, veiculados em campanhas eleitorais, produzem concepções sobre a educação, ao mesmo tempo em que são produzidos a partir das relações entre os discursos educacional, político e econômico? Que concepções sobre educação são veiculadas por tais discursos?*

É importante ressaltar que não é objetivo deste trabalho criar um juízo de valor sobre o que pode ser considerado certo ou errado dentre as propostas apresentadas pelos candidatos, dada a complexidade de problemáticas humanistas, mas sim entender de que forma o conteúdo encontrado nas propostas de campanha foi construído ao longo do tempo, quais foram as influências implicadas nesse processo e como esses discursos acabam influenciando discursos futuros. Todavia, a análise sofre, logicamente, influência de posições político-econômicas do autor, haja vista a impossibilidade de “neutralidade discursiva”, em virtude de sua condição de sujeito crítico.

Visto que não foram localizados trabalhos de conclusão de curso tematicamente semelhantes a este em nível de graduação em Letras, na Universidade do Vale do Rio do Sinos<sup>6</sup>, é possível observar a carência de produções sobre a temática da análise de discurso político no Brasil, mais especificamente entre os graduados nos cursos de Letras dessa instituição. Assim, esperamos que esta pesquisa contribua como uma ferramenta de análise discursivo-política no futuro. Nesse âmbito, salientamos que não basta limitar a análise do discurso político a aspectos linguísticos explícitos em seu conteúdo: apenas por meio de uma

---

<sup>6</sup> Conforme já explicitado, o tema de pesquisa emergiu de minha trajetória acadêmica e da realização de revisão da literatura, que tinha como objetivo verificar o que já havia sido produzido sobre o tema nos Trabalhos de Conclusão de Curso em Letras da Unisinos, a fim de averiguar em que medida esta pesquisa se diferenciaria das demais. Contudo, não encontrei trabalhos sobre essa temática nesse contexto.

análise panorâmica e contextual de macro e microcenários, será possível construir uma crítica complexa acerca das falas dos atores políticos.

## 2.2 Caminhos metodológicos

[...] não seria um estrondoso perigo este de que, no Brasil, apesar de todos os nossos esforços, de estudiosos, pesquisadores, professores de todos os níveis, de técnicos e governantes, apesar de várias experiências inovadoras em prefeituras municipais de vários cantos do País, ainda tenhamos um ensino público extremante precário? [...]. (FISCHER, 2002, p. 53).

Os caminhos metodológicos deste trabalho aceitam o convite, proposto por Rosa Fischer, de deixarmos para trás o lago sereno das certezas e iniciarmos o exercício da arte de pensar de outra forma. (FISCHER, 2002). Esse exercício traduz a posição tomada nesta pesquisa, que consiste em divergir daquilo que é aceito como verdade absoluta, compromissando-se com a crítica. Assim, não nos contentamos em “simplesmente bradar contra todos os poderes” (FISCHER, 2002, p. 51), mas buscamos identificar um fato perigoso para questionarmos-nos: “que perguntas temos feito sobre esse fato?” (FISCHER, 2002, p. 53). Esse dito “fato” não é natural, nem esteve sempre presente; ele foi constituído historicamente e necessita ser analisado assim, de acordo com sua condição de emergência histórica, conforme uma teorização vinculada a um método que não aceite a separação entre a teoria e a prática<sup>7</sup>.

Diante disso, ressaltamos que as escolhas feitas nesta pesquisa são “sempre de algum modo políticas”. (FISCHER, 2002). Partimos dos postulados de Hannah Arendt, quando esta diz que “o pensamento político baseia-se, em essência, na capacidade de formação de opinião.” (ARENDRT, 2002, p. 10). A partir disso, cremos na formulação de uma opinião como decorrência de um processo prático, engendrado nos discursos em circulação e em todas as normas e regras institucionais presentes. A visão analítica do funcionamento desses discursos está engajada em “[...] indagações sobre os ‘modos’, as ‘formas pelas quais’, ou os ‘comos’, mais do que propriamente indagações sobre ‘quais são’, ‘o que é’, ‘por quê’, ‘para quê’ [...]”. (FISCHER, 2002, p. 56).

---

<sup>7</sup> “[...] Foucault argumenta que ‘o estudo das formas de experiência poderá, desse modo, se fazer a partir de uma análise das ‘práticas’ discursivas ou não, se se designam como tal os diferentes sistemas de ação, considerando que eles são habitados pelo pensamento assim entendido’. (id, 2001, p. 1399). [...] analisar o discurso implica analisar uma prática, mas não propriamente no sentido de proceder à análise teórica — seja a partir de uma teoria já dada, seja para construir uma nova teoria — de uma ação ou ato executado por indivíduos que se comunicam, mas, sim, no sentido de proceder à análise das regras que colocam o discurso sob determinadas ordens”. (VEIGA-NETO, 2015, p. 135).

Feita essa breve introdução, explicitamos que os critérios escolhidos para realizar a análise discursiva desta pesquisa estão sustentados na teorização foucaultiana. A primeira das justificativas para tal escolha baseia-se no objetivo aqui firmado, que é investigar, nos discursos presentes nas propostas de campanha dos candidatos, de que modo esses discursos políticos, veiculados em campanhas eleitorais, produzem concepções sobre a educação, ao mesmo tempo em que são produzidos a partir das relações entre os discursos educacional, político e econômico. Ou seja, fazemos aqui uma leitura seguindo o *princípio da exterioridade*<sup>8</sup>, na qual o sentido que a análise deve seguir é o da aparição do discurso para fora dele, não havendo preocupação com fatos interiores, e sim com a correlação externa entre os elementos que o constituem.

Dito isso, o segundo ponto que inclina esse processo metodológico à corrente foucaultiana é o domínio discursivo aqui abordado: o discurso político. Anteriormente a Foucault, ninguém se preocupava com a forma como o poder era exercido concretamente e dentro do discurso, nem com sua especificidade, suas técnicas e suas táticas. Foucault (1999), ao discorrer sobre o controle discursivo, pontuou: “[...] o discurso político é sem dúvida, um discurso de poder”. (FOUCAULT, 1999, p. 65). O filósofo francês é pioneiro em problematizar as relações entre o discurso e o poder, dois elementos praticamente indissociáveis. O poder<sup>9</sup> é construído e reproduzido por e através de práticas discursivas<sup>10</sup>, as quais são o grande foco desta análise. Sobre a essencial atenção às práticas discursivas, Rosa Fischer questiona: “[...] que atenção temos ao conjunto das práticas que dizem respeito a nosso tema de pesquisa?” (FISCHER, 2002, p. 63). Ainda segundo a autora, “são as práticas que objetivam um grupo, uma população, um determinado tipo de produção da indústria cultural, e assim por diante, e é disso que se trata quando vamos investigar, por exemplo, programas oficiais [...]”. (FISCHER, 2002, p. 62).

Para alcançar uma satisfatória análise dessas práticas discursivas, é necessária uma visão contextual inspirada na ótica genealógica foucaultiana, buscando desconstruir verdades

---

<sup>8</sup> “[...] O sentido que a análise de um determinado enunciado deve seguir é da aparição do discurso para fora dele. Não procurar fatos interiores no discurso, e sim observar as condições externas ao redor”. (FOUCAULT, 1999, p. 53).

<sup>9</sup> Segundo Castro (2009, p. 326-327), “A pergunta de Foucault não é o que é o poder, mas como ele funciona. [...] O poder consiste, em termo gerais, em conduzir condutas e dispor de sua probabilidade, induzindo-as, afastando-as, facilitando-as, dificultando-as, limitando-as, impedindo-as. [...] O poder se exerce apenas sobre sujeitos livres, ou seja, sujeitos que dispõem de um campo de várias condutas possíveis”.

<sup>10</sup> Para Fischer (2001, p. 204), “Exercer uma prática discursiva significa falar segundo determinadas regras, e expor as relações que se dão dentro de um discurso. Quando a televisão, por exemplo, se apropria do discurso missionário do professor, fala e faz falar esse discurso, fala e faz falar um discurso segundo algumas de suas regras que fixaram enunciados sobre a figura da professora-mãe-doadora. Para o autor, portanto, o conceito de prática discursiva vincula-se diretamente a: “[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa”. (FOUCAULT, 1986, p. 136)”.

impostas e tentando compreender: quais são as condições de possibilidade para que tais discursos sejam admitidos como “verdades” em determinada época? Foucault, segundo Veiga-Neto (2007), usa a palavra *episteme* para designar “o conjunto básico de regras que governam a produção de discursos numa determinada época”. (VEIGA-NETO, 2007, p. 96). Ou seja, a análise do discurso, na perspectiva foucaultiana, tem a capacidade de revelar as regras respeitadas pela sociedade em um determinado espaço temporal e, a partir disso, compreender por que tais verdades eram aceitas, como elas estão constituindo o discurso construído no presente e qual é o efeito desse discurso para a formação de verdades futuras.

Quando falamos em poder e problematizamos a noção de “verdade”, importa ressaltar que, para Foucault (1979), não existe um “mentor” central do discurso, que exerce controle sobre o poder. Segundo o filósofo, os discursos estão distribuídos por toda a esfera social, representando o pensamento aceito em cada época. Um exemplo sobre a construção da verdade por meio dos discursos de época é o taylorismo-fordismo, visto que ele foi muito mais que um sistema de produção. Nessa direção, Antunes e Pinto (2017) definem esse modo de produção como uma resposta às contradições internas do sistema capitalista, buscando gerar um contingente de trabalhadores/as facilmente substituíveis segundo suas qualificações.

Partindo desse exemplo de Antunes e Pinto (2017) para exemplificarmos elucidativamente como a genealogia do filósofo francês pode ser trabalhada, destacamos que a análise foucaultiana à qual este trabalho está vinculado não busca responder a perguntas como: “quais são as contradições internas do sistema capitalista que o taylorismo-fordismo busca responder?”. Em vez disso, caso esse fosse o mote de nossa investigação, a pergunta seria: “como essas contradições foram construídas?”.

Veiga-Neto (2007) explica a construção da análise de Foucault por meio da influência de Nietzsche, que buscava responder: “como chegamos a ser o que somos?”. Esse modo de questionar era diferente do de Kant, que indagava: “o que somos?”. Assim, a pergunta apropriada não é se um enunciado satisfaz algum critério de verdade, e sim como esse critério de verdade é estabelecido. Ainda segundo Veiga-Neto (2007, p. 59), “A genealogia não se propõe a fazer uma outra interpretação mas, sim, uma descrição da história das muitas interpretações que nos são contadas e que nos tem sido impostas”. Diferentemente da arqueologia, a genealogia não tem “por objeto fundar uma ciência, construir uma teoria ou se constituir como sistema; o programa que elas formulam é o de realizar análises fragmentáveis e transformáveis. (VEIGA-NETO, 2007, p. 62).

A perspectiva foucaultiana de análise busca desnaturalizar enunciados postos como verdades absolutas. Por "verdade", entende-se um conjunto de procedimentos regulados para a

produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. (FOUCAULT, 1979). Como mecanismos dessa produção, Foucault (1999) situa a escola e os sistemas de ensino:

O que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra, senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes? [...]. (FOUCAULT, 1999, p. 44-45).

A "verdade" está circularmente ligada a sistemas de poder que a produzem e a apoiam, bem como a efeitos de poder que ela induz e que a constituem. Veiga-Neto (2007) lembra que a escola é, “depois da família (mas muitas vezes antes dessa), a instituição de sequestro pela qual todos passam (ou deveriam passar) o maior tempo de suas vidas, no período da infância e da juventude”. (VEIGA-NETO, 2007, p. 70-71).

Compreender a escola como uma instituição que se constitui por meio de relações de poder/saber pressupõe reconhecer que a “ordem do discurso educacional” se constitui a partir de amplas relações sociais, econômicas e políticas. Assim, não por acaso, esta investigação problematiza aspectos semelhantes dos discursos dos candidatos, não considerando seu cargo ou seu partido; o que importa para a “validade” de tais discursos é o seu enquadramento funcional naquilo que é aceito como verdade para a sociedade contemporânea.

As propostas de campanha eleitorais analisadas neste trabalho são práticas discursivas conectadas com outras práticas. Nesse contexto, a multiplicidade de discursos contidos em cada um desses documentos não é objetiva, tampouco constrói seus significados a partir da simples verbalização das palavras. Assim, é necessário considerar cada discurso analisado como

[...] um tipo muito especial de um ato discursivo, separado dos contextos locais e dos significados triviais do dia a dia, para constituir um campo mais ou menos autônomo e raro de sentidos que devem, em seguida, ser aceitos e sancionados numa rede discursiva, segundo uma ordem, seja em função do seu conteúdo de verdade, seja em função daquele que praticou a enunciação, seja em função de uma instituição que o acolhe. (VEIGA-NETO, 2007, p. 94-95).

O método escolhido para a leitura das propostas de campanha é a análise documental. Tal procedimento não é baseado em uma simples análise de conteúdo, mas na leitura do documento como um monumento, no qual se torna primordial, em todas as etapas da análise, “que se avalie o contexto histórico no qual foi produzido o documento”. (SÁ-SILVA; ALMEIDA, GUINDANI, 2009). Esses documentos monumentais devem receber uma atenção especial, uma vez que, “na pesquisa documental, o trabalho do(a) pesquisador(a) requer uma

análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico”. (OLIVEIRA, 2007, p. 70 apud SÁ-SILVA; ALMEIDA, GUINDANI, 2009, p. 06).

Levando em conta tais aspectos, como um primeiro movimento analítico, utilizamos de um quadro, no qual são apresentados os temas presentes nos documentos das propostas de campanha analisadas, as quais se referem, exclusivamente, à área da educação.

Os documentos analisados aqui são registrados como programas de governo obrigatórios para a disputa das eleições<sup>11</sup> pelos candidatos. Nas eleições de 2016, para o cargo de prefeito da cidade de Porto Alegre, foram analisados os seguintes:

- a) Programa de governo “Porto Alegre: nossa cidade quer mudança”, de Nelson Marchezan Júnior<sup>12</sup> (Partido da Social Democracia Brasileira –PSDB). Contém 16 páginas no total, apresentando uma breve biografia do candidato e de seu Vice-Prefeito (Gustavo Paim/Partido Progressista – PP). O documento está estruturado nos seguintes tópicos: gestão pública – resultados para as pessoas; segurança; educação (dentro desse tópico: primeira infância, educação infantil, ensino fundamental, qualidade em todos os níveis, educação em tempo integral e contraturno escolar, infraestrutura, cultura, revitalização dos equipamentos culturais, apoio à produção cultural); saúde; proteção social e promoção da igualdade; empreendedorismo e geração de empregos; mobilidade urbana. Os demais tópicos citados também possuem subtópicos, mas apenas aqueles concernentes à educação foram explicitados na descrição, uma vez que este é nosso foco de análise.
- b) “Programa de Governo da Candidatura Majoritária de Sebastião Melo à Prefeitura de Porto Alegre”: cidade Próspera, Democrática, Justa e Inovadora”, de Sebastião Melo<sup>13</sup> (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB) e Juliana Brizola (Partido Democrático Trabalhista – PDT). O documento possui 44 páginas e está organizado em 03 seções: “1. Introdução”; “2. Novos Compromissos Programáticos”; e “3. Eixos do Programa de Governo”. Na terceira seção, mais especificamente no item “a” da subseção 3.2 (intitulado “A cidade para o cidadão”), constam as propostas direcionadas à educação.

---

<sup>11</sup> Salientamos que foram analisados apenas os programas concorrentes ao segundo turno das eleições, sendo os pleitos de 2016 e 2014 os últimos disputados para os cargos de prefeito, governador e presidente, respectivamente.

<sup>12</sup> Nelson Marchezan Junior nasceu em 30/11/1971, na cidade de Porto Alegre/RS. Formou-se em Direito na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em 1995, e exerceu o cargo de deputado estadual (RS) de 2007 a 2010.

<sup>13</sup> Sebastião de Araújo Melo, advogado, natural de Piracanjuba/GO, foi vereador de Porto Alegre em 2000, 2004 e 2008, tendo sido escolhido para a presidência da Câmara Municipal de Porto Alegre em 2007.

Nas eleições de 2014, concorrendo ao cargo de Governador do estado do Rio Grande do Sul, temos os seguintes programas de governo:

- a) Plano de governo “O Novo Caminho Para o Rio Grande”, de José Ivo Sartori<sup>14</sup> (PMDB) e José Paulo Cairoli (Partido Social Democrático – PSD). O documento de 52 páginas estrutura-se nos seguintes capítulos: “1. Uma aliança pela mudança: pela integração do Rio Grande do Sul no novo ciclo histórico cujo início se avizinha”; “2. Os desafios do desenvolvimento gaúcho e a inovação”; “3. O desafio do desenvolvimento urbano e regional equilibrado”; “4. O desafio da expansão e da melhoria dos serviços públicos básicos” (nesse capítulo, constam as propostas educacionais, no item intitulado “Os desafios da educação estadual: melhorar a qualidade, a gestão e a infraestrutura”); “5. Os desafios da Infraestrutura: transporte, energia e saneamento”; “6. As finanças públicas”; “7. Os desafios da política cultural”.
- b) “Carta Compromisso: para Compartilhar Mais Crescimento e Igualdade”, de Tarso Genro<sup>15</sup> (Partido dos Trabalhadores – PT) e Abgail Pereira (Partido Comunista do Brasil – PCdoB). O documento possui 24 páginas e conta com os seguintes capítulos: “Um Rio Grande Melhor: da estagnação à retomada do crescimento”; “O Governo faz a sua parte e o Rio Grande volta a crescer”; “Avanço e qualificação das políticas públicas”; e “Um compromisso para um futuro ainda melhor”, capítulo no qual há um tópico direcionado a propostas educacionais.

Pela disputa eleitoral à presidência da República Federativa do Brasil, no ano de 2014, temos os seguintes documentos:

---

<sup>14</sup> José Ivo Sartori, nascido em 25/02/1948, natural de Farroupilha/RS, graduou-se em Filosofia em 1975 pela Universidade de Caxias do Sul. Na política, anteriormente às eleições de 2014, foi vereador (de 1977 a 1982) e prefeito de Caxias do Sul/RS (2005 até 2013), deputado estadual (1983 a 2003) e federal (2003 até 2005) pelo Rio Grande do Sul.

<sup>15</sup> Tarso Fernando Herz Genro nasceu em 6 de março de 1947, na cidade de São Borja/RS. Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria e, como político, foi prefeito de Porto Alegre (1993 até 1997; 2001 até 2002), ministro da Educação (2004 até 2005), ministro de Relações Institucionais (2006 até 2007), ministro da Justiça (2007 até 2010) e governador do Estado do Rio Grande do Sul, eleito em 2010, pleito anterior ao analisado nesta pesquisa.

- a) Programa de governo “Mais Mudança, Mais Futuro”, de Dilma Rousseff <sup>16</sup>(PT) e Michel Temer (PMDB). O documento de 25 páginas está organizado por grupos temáticos. São eles: “Os 12 anos que transformaram o Brasil”; “Grandes mudanças, o ponto de partida para mais transformações”; e “Um novo ciclo histórico”, grupo temático em que constam as propostas educacionais, sem possuir demarcação específica.
- b) “Plano de Governo: diretrizes gerais”, de Aécio Neves<sup>17</sup> (PSDB) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB). O documento possui 76 páginas organizadas em capítulos e subcapítulos. Os capítulos apresentados são: “I. Apresentação”; “II. Cidadania”; “III. Economia”; “IV. Educação” (não possuindo subcapítulos); “V. Estado eficiente”; “VI. Relações exteriores”; “VII. Saúde”; “VIII. Segurança pública”; e “IX. Sustentabilidade”.

O quadro inicial de análise dos documentos conta com as seguintes colunas:

- a) ano eleitoral: dado fundamental para o entendimento do momento econômico/político/social no qual o discurso está sendo (re)produzido;
- b) candidato: o ator responsável por (re)produzir determinado discurso;
- c) cargo disputado: a representação de poder almejada (e fundada) no discurso político;
- d) discursos das propostas de campanha: o monumento registrado como documento, constituído através de práticas discursivas (re)produzidas pelos candidatos.

Para Nietzsche, conforme Veiga-Neto (2007), a verdade é histórica e, em consequência disso, é função daquilo que se passa com nós mesmos. Nesse sentido, documentos como as propostas analisadas aqui trazem a história da sociedade da época e devem ser lidos enquanto monumentos, buscando-se relações entre os discursos e

---

<sup>16</sup> Dilma Vana Rousseff, nascida em 14/10/1947, é natural de Belo Horizonte/MG, graduada em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Em sua carreira política, foi Secretária da Fazenda de Porto Alegre (1986 até 1988); Secretária de Minas, Energia e Comunicações do Rio Grande do Sul (1993 até 1994; 1999 até 2002); Ministra de Minas e Energia do Brasil (2005 até 2005); Ministra-Chefe da Casa Civil (2005 até 2010) e Presidente do Brasil, eleita em 2010, pleito anterior ao analisado nesta pesquisa.

<sup>17</sup> Aécio Neves da Cunha é natural de Belo Horizonte (10/03/1960), graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Na política, foi deputado federal por Minas Gerais (1987 até 2002), sendo presidente da Câmara de 2001 até 2002; governador de Minas Gerais (2003 até 2010) e senador pelo mesmo estado, eleito no pleito de 2010.

entendendo-se as relações de saber/poder que os constituem. Segundo Veiga-Neto (2007, p. 104), “O que importa, para Foucault, é ler o texto no seu volume e externalidade (monumental) e não na sua linearidade e internalidade (documental): ‘trata-se de uma análise (que toma) os discursos na dimensão de sua exterioridade’”.

A partir desse movimento, buscamos perceber algumas categorias analíticas que, posteriormente, são exploradas na análise dos dados, visando à (re)construção das práticas discursivas analisadas. Nas palavras de Fischer (2002, p. 63), o passo a ser dado nesse momento é de “[...] uma imersão profunda nos materiais empíricos, de modo a permitir que a teoria se faça viva, seja operacionalizada, colocada à prova, em suma, que ela mesma e seus conceitos sejam também problematizados”.

Quadro 1 – Temas das propostas de campanha referentes à área educacional

(continua)

Ano Eleitoral	Candidato	Cargo Disputado	Temas das Propostas de Campanha
2016	Nelson Marchezan Junior	Prefeito da cidade de Porto Alegre	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ampliar e qualificar programas para a primeira infância;</li> <li>✓ Reorganizar as creches para a Educação Infantil, deixando-as próximas de residências com grande fluxo de trabalhadores;</li> <li>✓ Qualificar profissionais e aumentar a faixa etária para crianças de 4 a 5 anos;</li> <li>✓ Promover ações para o aluno se recuperar na progressão das séries do Ensino Fundamental;</li> <li>✓ Melhorar os indicadores do IDEB;</li> <li>✓ Implantar tempo integral e contraturno escolar;</li> <li>✓ Fazer manutenção e conservação de prédios, áreas de esporte e renovação de materiais utilizados;</li> <li>✓ Promover cultura como inclusão social;</li> <li>✓ Revitalizar espaços culturais;</li> <li>✓ Promover parcerias com instituições culturais.</li> </ul>
2016	Sebastião Melo	Prefeito da cidade de Porto Alegre	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Implantar a escola em tempo integral;</li> <li>✓ Qualificar e formar professores;</li> <li>✓ Melhorar a nota do IDEB;</li> <li>✓ Ampliar fisicamente as escolas, com acessibilidade plena;</li> <li>✓ Modernizar tecnologicamente as escolas;</li> <li>✓ Desenvolver projetos e investimentos para transformar as creches comunitárias conveniadas em espaços públicos.</li> </ul>

(continua)

2014	José Ivo Sartori	Governador do Estado do Rio Grande do Sul	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Investir na qualificação/atualização de professores e aprimoramento dos gestores das escolas;</li> <li>✓ Aperfeiçoar o recrutamento dos professores, valorizando os conhecimentos específicos nas áreas de atuação;</li> <li>✓ Contar com laboratórios, bibliotecas e salas digitais;</li> <li>✓ Universalizar o acesso de alunos (15 à 18 anos);</li> <li>✓ Reformar o Ensino Médio;</li> <li>✓ Melhorar o desempenho das escolas e elevar o número de egressos formandos;</li> <li>✓ Criar, pelo menos, uma Escola de Educação Profissional de referência em cada uma das regiões do Estado do Rio Grande do Sul;</li> <li>✓ Ter duas escolas integrais, coordenadas pelo CRE;</li> <li>✓ Expandir o tempo de permanência nas Escolas Fundamentais;</li> <li>✓ Aprimorar línguas estrangeiras (inglês e espanhol em especial);</li> <li>✓ Buscar efetiva inclusão de alunos (para isso, o foco será na qualificação dos profissionais de recursos humanos, para contratação de melhores professores);</li> <li>✓ Garantir acessibilidade (estrutura física);</li> <li>✓ Qualificar professores, incluindo número mínimo de cinco formações obrigatórias por ano, de, no mínimo, 4 horas.</li> </ul>
2014	Tarso Fernando Herz Genro	Governador do Estado do Rio Grande do Sul	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ampliar a educação em tempo integral;</li> <li>✓ Manter a reestruturação curricular do ensino médio e educação profissional integrada na Rede Estadual;</li> <li>✓ Garantir o acesso para jovens de 15 a 17 anos;</li> <li>✓ Continuar investindo em melhorias na estrutura física;</li> <li>✓ Modernizar tecnologicamente as escolas estaduais;</li> <li>✓ Buscar recuperação salarial e formação continuada dos professores e professoras, visando mais qualidade na educação.</li> </ul>
2014	Dilma Vana Rousseff	Presidente da República	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Garantir a todas as nossas crianças estímulos pedagógicos e cuidados de qualidade na formação desde cedo (contextualizando, no parágrafo anterior era falado sobre recursos autorizados para construção de creches);</li> <li>✓ Ampliar o acesso ao ensino em todos os níveis;</li> <li>✓ Ter gradativamente disponíveis para a Educação 75% dos royalties do petróleo e 50% dos excedentes em óleo do pré-sal;</li> <li>✓ Universalizar a educação infantil de 4 a 5 anos até 2016;</li> <li>✓ Ampliar a rede de educação integral (atingindo até 20% da rede pública até 2018);</li> <li>✓ Disponibilizar, no período de 2015 à 2018, mais 100 mil bolsas do Ciência sem Fronteiras;</li> <li>✓ Promover o Pacto Nacional pela Melhoria de Qualidade do Ensino Médio;</li> <li>✓ Valorizar o professor, com melhores salários e melhor formação;</li> <li>✓ Criar mais 12 milhões de vagas para cursos técnicos até 2015, na segunda fase do Pronatec-2, operam no sentido de qualificar trabalhadores.</li> </ul>

(conclusão)

2014	Aécio Neves da Cunha	Presidente da República	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Incentivar a formação de professores;</li> <li>✓ Conceder remuneração atrativa;</li> <li>✓ Coordenar a Política Nacional de Formação de Professores;</li> <li>✓ Dialogar com a família e a sociedade;</li> <li>✓ Criar incentivos federais para implantação de acordos entre governos locais e escolas;</li> <li>✓ Financiar remuneração de professores ativos da educação básica;</li> <li>✓ Mudar o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação);</li> <li>✓ Modernizar os equipamentos escolares, bibliotecas, laboratórios, adequação térmica e WIFI acessível a todo estudante;</li> <li>✓ Promover a escola integral (eliminação do ensino noturno a jovens que não trabalham);</li> <li>✓ Promover a participação de estados e municípios no PNE;</li> <li>✓ Possuir especificação clara da colaboração para educação infantil e profissional buscando racionalizar recursos públicos;</li> <li>✓ Implantar uma Base Nacional Comum para os currículos da educação básica;</li> <li>✓ Alcançar a completa erradicação do analfabetismo;</li> <li>✓ Apoiar os municípios para a universalização da pré-escola até 2016 (incluindo recursos didáticos e tecnológicos);</li> <li>✓ Capacitar e certificar “educadores de primeira infância”;</li> <li>✓ Esforçar-se para expansão de vagas no ensino médio;</li> <li>✓ Implantar a Escola Jovem (projeto semelhante a proposta da escola técnica);</li> <li>✓ Aprimorar o Pronatec;</li> <li>✓ Alinhar a oferta de cursos às características da economia de cada local e aos novos investimentos programados por empresas e governos, identificando as demandas com maior taxa de empregabilidade e que estimulem o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais;</li> <li>✓ Aprimorar PROUNI e FIES;</li> <li>✓ Diversificar o Ensino Superior e definir de padrões de qualidade para instituições dedicadas à educação geral e preparação profissional, inclusive com o estímulo à ampliação da oferta de cursos tecnológicos nas áreas e regiões onde o efeito para a empregabilidade dos jovens for sensível;</li> <li>✓ Fomentar o desenvolvimento de pesquisas;</li> <li>✓ Implantar um programa nacional para acompanhar desempenho dos alunos, com premiação por produtividade e metas alcançadas;</li> <li>✓ Aprimorar o ENEM e a revisão do ENADE;</li> <li>✓ Dispor de 10% do PIB para a educação (7% até 2019, previsto no PNE).</li> </ul>
------	----------------------------	-------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos documentos consultados<sup>18</sup>.

Ressaltamos que o quadro não apresenta uma coluna destinada à identificação do partido político do candidato. Compreendemos que a informação da sigla a qual o candidato representa é extremamente relevante para o entendimento de algumas escolhas motivadas por fins ideológico-

<sup>18</sup> Os documentos consultados estão discriminados após as referências. Todos os quadros apresentados no capítulo 3 são compostos a partir dessa mesma fonte.

partidários e pelo próprio histórico dos partidos e dos seus candidatos; entretanto, a análise realizada tem seu enfoque em discursos comuns a todos os candidatos, sendo estes possivelmente motivados por fatores externos que extrapolam filosofias de partidos políticos.

Uma outra justificativa para a ausência dessa informação está no cuidado de trabalhar com dados que possibilitem a realização da análise em tempo hábil, considerando-se os prazos para construção de uma monografia de graduação. Além disso, como a direção da pesquisa se orienta a partir dos dados empíricos e da sua análise, a partir do referencial teórico, cada nova informação gera uma nova pergunta e, conseqüentemente, uma nova investigação. Assim, analisar as motivações ditas “ideológicas<sup>19</sup>” de partidos como o PSDB, o PMDB e o PT, além de suas influências nos discursos proferidos, poderia expor o trabalho realizado ao risco da superficialidade, ou ainda impedir que conseguíssemos completar todas as análises propostas nesta investigação, mantendo o rigor metodológico. Esse risco é mencionado pela professora Fischer (2002), quando diz que,

[...] ao invés de nos centrarmos na elaboração de uma ou duas perguntas consistentes, informadas teoricamente, acabamos muitas vezes por escrever perguntas com tal amplitude que jamais teríamos condições de alcançar, para elas, mínimas respostas a partir de nosso estudo. (FISCHER, 2002, p. 55-56).

Por conseguinte, a análise está circunscrita a quatro categorias, observadas como ideias centrais presentes nos discursos de ambos os anos eleitorais em questão. A escolha se baseia, fundamentalmente, na aparição desses discursos repetidos por todos os candidatos, não importando o cargo preterido ou a sigla defendida. Dessa forma, apresentam-se como “universais” as seguintes propostas, doravante tratadas como categorias de análise:

- a) Melhora dos resultados apresentados pelos índices estatísticos educacionais;
- b) Aplicação e ampliação das escolas integrais;
- c) Modernização tecnológica;
- d) Formação continuada e valorização de professores.

---

<sup>19</sup> “No sentido mais comum da teorização educacional crítica de orientação neomarxista, [ideologia] designa ideias falsas ou distorcidas por sua ligação com os interesses das classes dominantes na sociedade capitalista. Quando considerada do ponto de vista dos efeitos sobre a consciência, trata-se da concepção da ‘ideologia como falsa consciência’. A teorização crítica neomarxista adotou, em geral, esta concepção, que coincide com a definição dada pelo filósofo francês Louis Althusser, na primeira parte de seu ensaio ‘A ideologia e os aparelhos ideológicos de Estado’, tendo exercido menos influência a definição mais complexa dada pelo mesmo autor na segunda parte deste ensaio: “a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência”. Por pressupor um confronto com um conhecimento supostamente verdadeiro, o conceito tem sido crescentemente deslocado, na teorização educacional pós-crítica de inspiração pós-estruturalista, pelo conceito de discurso, menos comprometido com pressupostos realistas”. (SILVA, 2000, p. 69-70).

Ao observarmos superficialmente os dados obtidos, notamos que os discursos de Nelson Marchezan e Sebastião Melo estão preocupados em melhorar as notas do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Já o discurso de José Ivo Sartori e José Paulo Cairoli quer melhorar o desempenho das escolas e elevar o número de egressos formandos. Aécio Neves vai além em seu discurso e propõe um programa nacional para acompanhar o desempenho dos alunos, com premiação por produtividade e metas alcançadas, além do aprimoramento do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e da revisão do ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), ambos geradores de dados quantitativos. Dilma Rousseff e Tarso Genro não explicitam em seus discursos o nome dos índices estatísticos que visam à melhora da educação, mas falam genericamente em “universalização do ensino” (afinal, o número de alunos matriculados também gera um dado estatístico) e em um “pacto nacional para a melhoria da qualidade do ensino médio” (o indicador não está especificado, mas estaria “medindo” esse acréscimo de qualidade no ensino).

O discurso da “escola integral”, por sua vez, apresenta-se como uma das resoluções dos problemas educacionais, tanto em nível municipal quanto estadual ou federal, bem como a referência à “modernização tecnológica” – em alguns casos, traduzida na criação de laboratórios de informática e no acesso à internet Wi-Fi por todos os alunos. O discurso da valorização dos professores vem atrelado à ideia de uma necessária “formação continuada”, ou ainda do “recrutamento mais eficaz dos docentes”. Diante desses aspectos, é possível afirmar que, embora se trate de candidatos, anos eleitorais e cargos concorridos diferentes, as ideias centrais são extremamente semelhantes, mesmo que os seus desdobramentos no período pós-eleição possam ocorrer de forma totalmente diferente – como é o caso, por exemplo, das privatizações.

Além disso, também observamos que os discursos de campanha analisados encontram-se “em ordem”, disciplinados. Foucault (1999) assevera que “a disciplina é um princípio de controle da produção do discurso.” (FOUCAULT, 1999, p. 36). Essa disciplina respeita o regime da verdade, um acordo firmado por todas as instituições e sistemas de poder, no qual é proibido duvidar daquilo que é dito; afinal, “a verdade assume a tarefa de justificar a interdição e definir a loucura.” (FOUCAULT, 1999, p. 20). Contudo, esta pesquisa se propõe justamente ao oposto, visto que esta análise busca desconstituir as verdades aceitas nas propostas de campanha apresentadas, tentando compreender a história do presente.

As observações feitas acima certamente são insuficientes para a análise dos dados gerados. Para que seja possível, então, a leitura desses discursos percebidos como recorrentes, é

necessária uma análise qualitativa de cada uma das categorias geradas<sup>20</sup>, a partir de uma investigação de inspiração genealógica. Para tal, construímos um capítulo teórico/analítico que articula fios centrais da trama discursiva na qual as quatro categorias de análise se inscrevem.

Para Veyne (1998, p. 42), os fatos “não existem isoladamente, no sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura muito humana e muito pouco ‘científica’ de causas materiais, de fins e acasos”. Embora muitos fios certamente poderão ser desdobrados em estudos posteriores, no contexto deste estudo, a compreensão do cenário econômico, político, social e cultural mais amplo fez-se necessária e foi constitutiva de sua arquitetura/trama.

A construção teórica, primeiramente, discorre sobre o conceito de “política”; afinal, a pesquisa debruça-se sobre discursos dessa esfera. Ao longo de tal movimento, relacionamos esse campo à conjuntura econômica, a qual é indissociável da filosofia política liberal, de modo que optamos pela utilização do termo *sistema político-econômico*. Na tentativa de reconstituir o caminho político brasileiro até o presente, buscamos demonstrar a constituição da posição hegemônica do capitalismo por meio da ascensão burguesa pós-imperialismo, passando aos tempos modernos e ao estopim do pensamento liberal, até culminar na influência neoliberal presente na atualidade. Vale ressaltar que a noção de política é central na análise empreendida, uma vez que, na contemporaneidade, tal noção se empalidece a partir da associação entre política e economia, a qual é constitutiva do tempo em que vivemos.

Compreendida esta primeira etapa, a pesquisa situa historicamente a educação brasileira, ainda que de maneira macroestrutural. Após estabelecer essa contextualização, abordamos aquilo que é entendido como a reconfiguração do papel do Estado perante a educação, buscando compreender de que modo o contexto político/econômico/social constituiu a atual mudança de postura do Estado. Nesse ínterim, observamos que as quatro categorias de análise vertentes dos programas de governo são exploradas juntamente à teorização acerca do Estado, de forma que nossa construção analítica segue o percurso teórico-metodológico aqui desenvolvido. Como último esclarecimento metodológico, pontuamos nossa opção por apresentar os excertos dos programas de governo em quadros, de forma que haja clara diferenciação entre as categorias de análise e os referenciais teóricos.

---

<sup>20</sup> Conforme já mencionado, as categorias analíticas foram estabelecidas a partir das recorrências encontradas nos programas de governo.

### 3 DIÁLOGOS ENTRE EDUCAÇÃO E POLÍTICA NA CONTEMPORANEIDADE

Como dito anteriormente, neste capítulo, buscamos ser coerentes com o percurso teórico-metodológico o qual nos prestamos a trilhar. Para isso, unificamos, em um único capítulo, a base teórica estudada e as análises discursivas emergentes de nossa investigação conceitual. Seguindo as inspirações genealógicas desta pesquisa, na seção 3.1, contextualizamos o cenário político-econômico mundial, demonstrando de que modo o sistema capitalista de produção estabeleceu-se hegemonicamente. Ao longo desse processo, a revisão teórica desemboca no cenário brasileiro, contexto no qual tecemos críticas, ainda que de maneira introdutória, sobre a privatização dos bens públicos, motivada pelo movimento neoliberal e por sua influência na (re)constituição da educação nacional. A partir da seção 3.2, focamos na área da Educação, demonstrando, de forma macroestrutural, como vêm ocorrendo, nesses últimos anos, a reconfiguração do papel do Estado, a ressignificação de suas funções perante a sociedade e as influências diretas do mercado nesse processo. Trazemos, então, subseções nas quais as quatro categorias de análise construídas a partir das recorrências presentes nos discursos eleitorais são analisadas, a fim de investigarmos de que forma esses discursos proferidos se tornaram verdades indiscutíveis, ao ponto de serem explorados por todos os candidatos. Além disso, buscamos compreender como esses discursos atuais acabam possibilitando a formação de futuras “verdades”.

#### 3.1 Sobre política e educação

A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não linguística. Relação de poder, não relação de sentido. A história não tem "sentido", o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente. Ao contrário, é inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas. (FOUCAULT, 1979, p. 5).

O imperialismo do século XIX – que outrora levou a Europa ao declínio – foi o sistema político resultante do período de domínio dos países então colonizadores, sendo o responsável pela formação da burguesia como classe politicamente forte a partir do século XX. Os comerciantes burgueses, desinteressados por questões públicas até então, veem-se “obrigados” a atuar junto ao Estado, ainda que motivados por interesses privados. Bauman (2008) percebe o traço colonizador enraizado ao movimento burguês, afirmando que “[...] é o privado que coloniza o espaço público, espremendo e caçando tudo que não pode ser

inteiramente traduzido, sem resíduos, para o vocabulário das atividades e dos interesses privados”. (BAUMAN, 2008, p. 105).

A expansão territorial desenfreada era o objetivo supremo da política imperialista, embora, na realidade, este não fosse um conceito político, mas econômico. (ARENDRT, 1976). A organização econômica do Estado-nação, por consequência dos ideais imperialistas, em um certo momento, passou a prejudicar os negócios dos comerciantes locais, uma vez que os lucros passavam a ser gerados por especulações financeiras motivadas pela exportação do capital a países estrangeiros, pois a concentração de renda excedente, provocada pelo expansionismo exacerbado, acabou tornando o mercado nacional saturado. Ademais, essas novas atividades econômicas abriam brechas para escândalos de corrupção, que, apesar de fragilizarem a atividade nacional, eram tolerados pelos imperialistas – afinal, “pior que a corrupção era a convicção dos incorruptos de que o imperialismo era a única maneira de conduzir a política mundial.” (ARENDRT, 1976, p. 26). Esse cenário, no qual as fronteiras nacionais tornaram-se barreiras à expansão econômica por parte da classe detentora da produção capitalista, foi o estopim para a necessidade de mudança do pensamento burguês. Conforme Arendt (1976, p. 19),

A burguesia ingressou na política por necessidade econômica: como não desejava abandonar o sistema capitalista, cuja lei básica é o constante crescimento econômico, a burguesia tinha que impor esta lei aos governos, para que a expansão se tornasse o objetivo final da política externa.

O capitalista burguês passou a entender que a expansão territorial precisava atingir a cultura e a economia do país dominado, para então ter pleno sucesso. Assim, desenha-se o início da metamorfose dos comerciantes em políticos, com a burguesia considerando necessário o refortalecimento do Estado-nação e se tornando protagonista política. As terminologias imperialistas aos poucos são substituídas, tratando os historiadores de utilizar “união dos povos” em vez de “expansão territorial”, por exemplo. Assim, os investimentos privados em terras estrangeiras cederam espaço aos acordos externos, com focos econômicos e militares, procurando força política – entendendo-se aqui “força” em seu sentido bélico, ou mesmo violento, como prefere Arendt (2008).

Os acordos externos buscavam trazer a sensação de segurança às nações, ainda que fosse um sentimento ilusório. O medo das perdas catastróficas que o imperialismo clássico pudesse vir a trazer desencorajava esse modo político de seguir adiante; afinal, somente os países muito ricos e muito poderosos poderiam suportar as enormes perdas que o

imperialismo acarretava. (ARENDDT, 2008). A burguesia, segundo Arendt (2008, p. 15), “havia crescido dentro de – e junto com – o Estado-nação que, quase por definição, governava uma sociedade dividida em classes, colocando-se acima e além delas”.

Concretizou-se, então, a posição do sistema capitalista como hegemônica. O medo e o lucro, de mãos dadas, convenceram a sociedade de que essa era a forma de organização política ideal a todos, pois, como bem ressalta Arendt (2002), tal pensamento político baseava-se, em essência, na capacidade de formação de opinião. Desse modo, a burguesia camuflou-se de benfeitora social e tomou o controle, sem nunca deixar de lado os interesses privados.

Todavia, a “aliança” (se é que se pode chamar assim) entre a burguesia capitalista e o Estado não perdurou historicamente. O Estado não deveria, segundo a lógica do capital, interferir na competição entre os homens. Assim, o comerciante burguês passou a pedir que o Estado o aliviasse do ônus de cuidar dos pobres, ao mesmo tempo em que pedia proteção contra os criminosos. Desse modo, não havia mais diferença entre mendigo e criminoso. (ARENDDT, 2008).

O século XX e a segunda Revolução Industrial tornaram o mundo “escravo” do modo de produção capitalista. A adaptação ao sistema taylorista-fordista tornou-se um novo modo de viver, um novo complexo de valores. Antunes e Pinto (2017), ao parafrasearem Gramsci, colocam a industrialização como o núcleo de sustentação e expansão do capitalismo atual, que força os trabalhadores a se adaptarem ao seu processo. Tal fator exige a necessidade de um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e produção. Harvey (2001, p. 131) acredita que “o fordismo do pós-guerra tem de ser visto menos como um mero sistema de produção em massa do que como um modo de vida total”. Bauman (2008), por sua vez, diz que:

Com os olhos postos em seu próprio desempenho e assim desviados do espaço social onde as contradições da existência humana são produzidas coletivamente, os homens e as mulheres estão naturalmente tentados a reduzir a complexidade de sua difícil situação. (BAUMAN, 2008, p. 104).

Não obstante a hegemonia capitalista do século XX, o neoliberalismo desenha-se como a doutrina ascendente no cenário político-econômico do século XXI. A concentração de renda e a desigualdade social, consequências naturais do livre mercado, são, entretanto, reconhecidamente as principais causas do desenvolvimento de diversos países, principalmente os ditos subdesenvolvidos<sup>21</sup>. O economista francês Thomas Piketty, em sua recente obra “O Capital no Século XXI” (2014), relembra a posição, de certo modo ingênua, exposta pelo também economista russo Simon Kuznets:

---

<sup>21</sup> Para refinar a discussão, sugiro a leitura de Escobar (2007).

A ideia era que a desigualdade aumenta durante as primeiras fases da industrialização, pois apenas uma minoria está em condições de se beneficiar dos ganhos iniciais do processo e, mais adiante, nas etapas mais avançadas do desenvolvimento, cai de forma automática, ou endógena, quando uma fração cada vez maior da população passa a desfrutar do crescimento econômico. (PIKETTY, 2014, p. 23).

Como é sabido hoje, a ideia de Kuznets postulada em 1955 não foi concretizada, e a desigualdade seguiu em crescimento, consoante a sede burguesa pelo lucro individual. Piketty (2014) sugere algumas formas de apaziguar a desigualdade, sendo a tributação a grandes fortunas uma delas. Segundo ele,

A tributação não é somente uma maneira de fazer com que os indivíduos contribuam para o financiamento dos gastos públicos e de dividir o ônus disso da forma mais justa possível; ela é útil, também, para identificar categorias e promover o conhecimento e a transparência democrática. (PIKETTY, 2014, p. 22).

Esse pensamento, entretanto, não entra em consonância com a corrente neoliberal. O neoliberalismo defende essencialmente a liberdade do mercado, que está conectada a um determinado padrão de acumulação muito mais elaborado, dissimulado e perspicaz dos modelos que imperaram até então. (PITON, 2007). O austríaco Friedrich Hayek, um dos maiores representantes do pensamento liberal do século XX, deixou clara a ideologia conservadora a ser seguida pelos adeptos dessa doutrina, quando, em 1944, escreveu:

O fato de um homem vir a sofrer grande redução dos rendimentos e amarga frustração de todas as suas esperanças sem por isso ter sido responsável, e apesar de sua dedicação e de uma excepcional habilidade, indubitavelmente ofende o nosso senso de justiça. (HAYEK, 2010, p. 130).

Hayek (2010) também assevera, na obra “O caminho da servidão”, entender o desemprego como um percalço justificável, uma vez que os recursos disponíveis devem “alcançar o máximo do produtivismo.” (HAYEK, 2010, p. 195). O “Estado mínimo” defendido pelos liberais é outro fator que ataca gravemente os bens públicos, e aqui se inclui uma extrema preocupação para com a educação. A educação pública de qualidade e acessível a todos, a partir do momento que necessita de fomento do Estado, não está nos planos dos neoliberais, visto que, para esse grupo, “a única possibilidade de construirmos um mundo decente está em podermos continuar a melhorar o nível geral de riqueza” (HAYEK, 2010, p. 197).

O modo de organização neoliberal aplicado à educação contribui tanto para o esgotamento da máquina pública, bem como para a fragilidade da educação pública, quanto para a privatização da educação, tornando o resultado do processo educativo um bem de consumo

para o “Deus” mercado. A escola transforma-se em um lócus privilegiado para a execução de programas voltados para a formação de crianças e jovens “preparados” para atuar no mercado de trabalho global, ou seja, o ambiente escolar estimula cada vez mais a competição, a flexibilidade e o individualismo, premiando aqueles que tiverem melhores resultados:

Recursos públicos crescentes são distribuídos de acordo com as matrículas das escolas e redes de ensino de municípios e unidades da federação. Implantam-se por toda parte sistemas de responsabilização com base em indicadores. Servidores da educação recebem aumentos salariais e gratificações em função de indicadores de proficiência e rendimento. Premiações e benefícios são concedidos segundo os resultados de avaliações de larga escala. Programas educacionais se servem de índices para o monitoramento de seus resultados. (FONSECA, 2010, p. 01).

A lógica meritocrática aplicada à realidade brasileira está predestinada à proliferação da desigualdade social em larga escala. A distribuição de renda para a educação, respeitando os indicadores, é direcionada em maior escala para as maiores economias, incentivando os lugares com maior capacidade de retorno em riquezas capitais e deixando o bem intelectual em segundo plano. As regiões com os piores resultados, em vez de receberem atenção especial para chegarem a um progresso equalizável com as demais, são sucateadas, fazendo com que os habitantes dessas regiões sofram com todos os percalços resultantes da baixa escolaridade. Destarte, esses cidadãos são levados a trocarem o trabalho braçal – que é o que eles possuem apenas – por capital financeiro, tornando-se serviçais de uma elite escolarizada, fator que, conseqüentemente, aumenta a desigualdade e traz diversos percalços para o desenvolvimento do País.

A educação, no âmbito do modelo político neoliberal, torna-se um processo mercantilizado de dominação social, no qual “todos aqueles que se presume que não sejam maleáveis o bastante são selecionados para as câmaras de gás e os fornos crematórios de Auschwitz”. (BAUMAN, 2008, p. 100). Uma das características centrais de tal modelo é a dissociação crescente entre economia e política, a partir da reconfiguração do papel do Estado, questão que discutimos na próxima seção.

### **3.2 A reconfiguração do Estado e seus efeitos na educação brasileira**

Como conduzir o cotidiano das escolas — um cotidiano que a pedagogia moderna se encarregou, nos últimos trezentos anos, de centrar na disciplinaridade (dos corpos e dos saberes) —, agora que as sociedades estão se deslocando da ênfase sobre a disciplina para a ênfase sobre o controle? (VEIGA-NETO, 2005, p. 8).

As discussões, por muitas vezes superficiais e polarizadas, sobre “capitalismo *versus* socialismo” ou “direita *versus* esquerda” acabam comumente não contemplando a grande questão que deveria estar em pauta: qual o papel do Estado em nossas vidas? Ele deve intervir pela sociedade e garantir o acesso a recursos mínimos para todos, bem como o acesso a recursos igualitários? Ou devemos seguir a lógica neoliberal, que entende a liberdade de mercado como um princípio organizador e regulador do Estado, aceitando possíveis desigualdades sociais como algo natural?

Diante dessas indagações, percebemos, ao longo das últimas décadas, estar ocorrendo um novo entendimento acerca do papel do Estado na vida dos cidadãos, fator que traz implicações diretas ao modo como compreendemos as “obrigações” do Estado em prover, principalmente, educação e saúde de qualidade à população. Levantamos, então, duas questões norteadoras para o raciocínio a ser desenvolvido acerca dessas mudanças:

- a) O Estado continua responsável em prover tais serviços (educação e saúde) à sociedade?
- b) Como e por quem será avaliada a “qualidade” desses serviços?

Apesar de citarmos também a questão “saúde”, adiantamos que a problematização desse texto está voltada, exclusivamente, à educação.

Na década de 1990, surgiu um documento que se tornou marco significativo da mudança de pensamento sobre a função do Estado diante da sociedade civil. Esse documento, publicado em novembro de 1995, durante o mandato do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi chamado de “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”, definindo objetivos e diretrizes para a reforma da administração pública brasileira. Uma das justificativas para a necessidade dessa reforma é apresentada na seção “As Três Formas de Administração Pública”, a qual serve como objeto introdutório para afirmar que há uma “crise generalizada do Estado”. (BRASIL, 1995, p. 14).

Dentre as causas dessa crise, a forma de Administração Pública Patrimonialista é uma das apontadas, visto que a corrupção e o nepotismo são considerados “inerentes a esse tipo de administração”. (BRASIL, 1995, p. 15). No século XIX, como possível solução à crise, despontou a Administração Pública Burocrática, uma alternativa liberal que acabou sendo considerada insuficiente, uma vez que o Estado ficava limitado a manter a ordem e o controle dos abusos, sem conseguir contemplar “o serviço aos cidadãos vistos como clientes”. (BRASIL, 1995, p. 15).

A fim de atender aos ensejos dessa nova categoria social emergente (o cidadão-cliente), surgiu a Administração Pública Gerencial, uma opção neoliberal na qual “a diferença

fundamental está na forma de controle, que **deixa de basear-se nos processos para concentrar-se nos resultados**, e não na rigorosa profissionalização da administração pública, que continua um princípio fundamental”. (BRASIL, 1995, p. 16, grifo nosso).

O foco no resultado necessita de um processo eficiente, ficando a eficiência<sup>22</sup> em diálogo com a economia máxima e as características intrínsecas à corrente de pensamento liberal. A vertente norte-americana do liberalismo, fortalecida após a Segunda Guerra Mundial devido ao protagonismo dos Estados Unidos da América, talvez possua a maioria das características essenciais para a formação do que, atualmente, é entendido como neoliberalismo<sup>23</sup>. O primeiro atributo, o afastamento do Estado, torna-se algo comum nessa forma organização social subordinada à lógica comercial, uma vez que o mercado possui sua própria racionalidade e, através dela, organiza a sociedade de maneira “justa/equânime”, por meio da meritocracia. Nessa nova organização social, está à frente quem contribuir mais para o fortalecimento do mercado, ou seja, para a movimentação da concorrência. Obviamente, nem todos alcançam os mesmos resultados, tornando a competição e, conseqüentemente, a desigualdade fatores triviais em uma sociedade neoliberal.

A crise, englobada a essa nova configuração político-econômica, força o Estado a rever sua posição e suas políticas sociais, uma vez que o mercado é o escolhido para superar as falhas do Estado. Assim, a lógica do mercado deve prevalecer inclusive no Estado, para que ele possa ser supostamente mais eficiente e produtivo. (PERONI, 2003). De acordo com a nova filosofia de governo, toda política social que não seja produtiva, ou, em outras palavras, não gere lucro, deve ser estancada, configurando-se assim “o Estado mínimo para as políticas sociais e máximo para o capital”. (PERONI, 2003, p. 19). Não há dúvidas quanto à posição de protagonista do mercado quando se lê, no documento do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, que “[...] reformar o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado”. (BRASIL, 1995, p. 12).

A escola, como o espaço em que passamos grande parte de nosso tempo quando jovens em processo de formação para nos tornarmos sujeitos críticos e pensantes, possui grande influência na consolidação da reforma do Estado. A mudança de um modelo político-econômico constitui o modo de vida da sociedade, e a escola acaba sendo determinante em tal processo, ao mesmo tempo em que é constituída também nessa relação. Corroborando tal

---

<sup>22</sup> [...] eficiência é uma relação entre custos e benefícios. Assim, a eficiência está voltada para a melhor maneira pela qual as coisas devem ser feitas ou executadas (métodos), a fim de que os recursos sejam aplicados da forma mais racional possível [...]. (CHIAVENATO, 1994, p. 70).

<sup>23</sup> Devemos entender o liberalismo como um princípio e um método de racionalização do exercício do governo. “[...] O neoliberalismo busca estender a racionalidade do mercado como critério para além do domínio da economia (à família, à natalidade, à delinquência ou à política penal)”. (CASTRO, 2009).

afirmativa, o professor Veiga-Neto diz que a escola trabalha para o desenvolvimento dessa nova filosofia de vida (VEIGA-NETO, 2000) – referindo-se à vida voltada ao êxito do mercado.

Percebemos, assim, uma contundente influência do modelo neoliberal de administração sobre a função social da educação. O aluno contemporâneo necessita estar preparado para fazer, de forma competente, as escolhas obrigatórias que surgirão ao longo de sua jornada de formação. Nesse âmbito, embora “competência” possa significar a capacidade de realizar algo de maneira satisfatória, também significa disputa, conflito ou ainda concorrência. (COMPETÊNCIA..., [2018?]). Essa definição é essencial para a transformação do aluno em sujeito-cliente, uma vez que, no ambiente escolar, ele estará sendo preparado para a vida adulta, na qual existirão inúmeros desafios e possibilidades, de modo que poder optar pelas escolhas “certas” será importante para a sua plena adaptação à contemporaneidade. Diante disso,

Esse sujeito-cliente é entendido como portador de uma faculdade humana fundamental, que seria anterior a qualquer determinação social: a capacidade de escolher. Vista como uma priori formal, essa capacidade (natural) deveria ser preenchida com um conteúdo (não natural) que, no caso, vem a ser justamente um objeto produzido pela atividade econômica — seja esse objeto um produto, uma mercadoria, um serviço, etc. E para que cada um possa fazer "livremente" suas escolhas, é preciso que saiba como fazê-las e, para que saiba como fazê-las, é preciso aprender a combinar múltiplos critérios de escolha. (VEIGA-NETO, 2000, p. 194).

A escola, a partir da reconfiguração do Estado, passa a exercer um novo modo de poder, não permitindo a ninguém ousar ter dúvidas sobre a importância da educação no âmbito político. Contudo, sob a ordem neoliberal, setores da economia também monitoram essas modificações em andamento, ao passo que “o capital especulativo está começando a se interessar pelos serviços educacionais”. (BALL, 2014, p. 1112). Portanto, como partes envolvidas diretamente no processo de formação educacional, professores e alunos passam a experimentar tais mudanças no contexto escolar.

“A educação é, em vários sentidos, uma oportunidade de negócios”. (BALL, 2014, p. 1108). Dessa forma, o governo e o mercado passam a necessitar de novas ferramentas para a gestão do “negócio educacional”. Nessa direção, surgem as estatísticas de comparação de resultados. A prestação de contas e a competição entre escolas e regiões são a língua franca deste novo “discurso de poder”, e a educação torna-se “o novo modo de regulação social (e moral)”. (BALL, 2010, p. 39). A importância dos dados quantitativos educacionais para o Estado é ilustrada por Veiga-Neto (2000):

Esses novos saberes foram cruciais para o bom governo do Estado. E falar em bom governo do Estado implica falar em uma economia de governo, graças à qual se possa obter os maiores resultados a partir dos mínimos esforços, tudo isso entendido tanto em termos estritos —monetários e financeiros—, seja em termos amplos —de tempo, de afetos, prazer e felicidade. (VEIGA-NETO, 2000, p. 184).

A partir de um novo Estado, gerido pela filosofia neoliberal, voltado ao mercado e a suas incertezas, engendra-se a escola contemporânea, dotada da função de preparar os jovens para a competição. Para que seja atingida a efetiva formação, todos devem ter plena capacidade de fazer suas escolhas “livremente” dentro das opções do sistema. Assim, para um melhor controle sobre a efetividade dessa preparação, são utilizados os índices educacionais como parâmetro de confiabilidade.

Entretanto, o mais importante é o modo como todas essas ações se conciliam quando se trata de criar um senso comum para a política, um discurso político internacional, o único caminho infalível (*the one and only best way*) para se pensar e resolver os problemas econômicos nacionais. Tentar pensar fora desse discurso é correr o risco de ser visto como louco, mau ou perigoso. (BALL, 2014, p. 1115, grifos do autor).

Sintetizando o que foi dito até aqui, a escola moderna neoliberal é pensada então para o sujeito contemporâneo, que necessita estar devidamente preparado para fazer as escolhas “certas” a fim de obter resultados satisfatórios, alcançando o sucesso no contexto da lógica do capitalismo flexível. Contudo, de alguma forma será preciso, primeiramente, que alguém defina o que serão considerados resultados “satisfatórios”; e assim o Estado, em processo de reconfiguração, passa a ter uma nova obrigatoriedade: mensurar os resultados educacionais quantitativamente. Com essa nova função, algumas outras medidas acabam sendo compreendidas como necessárias para o bom funcionamento do mecanismo educacional constituído sob a óptica neoliberal. Observamos, a seguir, por meio das propostas analisadas, como os discursos dos atores políticos articulam as novas concepções educacionais, de acordo com as quatro categorias de análise explicitadas na seção 2.2.

### 3.2.1 Os índices estatísticos educacionais e o novo papel gerencial do estado

Negar o movimento de mudança de foco dos atores políticos, responsáveis pelo êxito da educação brasileira, para o direcionamento das melhorias dos resultados quantitativos, demonstrados por meio de índices estatísticos educacionais, é tarefa praticamente impossível se forem observados os discursos contidos nos programas de governo das últimas eleições, nos anos de 2014 e 2016. Esta análise se restringe a exibir discursos de candidatos a prefeito de Porto

Alegre, governador do Rio Grande do Sul e presidente do Brasil, como já mencionado anteriormente. Todavia, o que pretendemos elucidar é que não se faz necessário distinguir o cargo concorrido, a cidade, o estado ou a sigla política defendida nos pleitos eleitorais analisados.

A importância dos números para a política atual é percebida antes mesmo de se iniciarem as exposições das propostas de governo dos candidatos. São percebidas inúmeras referências a dados estatísticos de governos anteriores, sejam do próprio candidato ou de um antecessor de mesma sigla partidária defendida, como estratégia para justificar as propostas apresentadas. A exemplo disso, Sartori e Cairoli (2014) apresentam levantamentos capazes de convencer seu interlocutor da fragilidade do Ensino Médio gaúcho atualmente, sem deixar de frisar a educação como o fator mais importante de seu futuro governo.

#### Quadro 2 – Dados introdutórios de Sartori e Cairoli (2014)

Não existe no Estado nenhum outro serviço público de maior importância e impacto social, dado o enorme potencial da educação em melhorar todos os demais indicadores sociais [...] a educação pública do Rio Grande do Sul enfrenta dois graves problemas. [...] O segundo diz respeito ao desempenho insatisfatório da aprendizagem, expresso nas diversas avaliações que vem sendo feitas no Brasil e no RS, como veremos adiante. [...] há uma comprovada queda nos indicadores de qualidade da educação oferecida pelo sistema. (SARTORI; CAIROLI, 2014, p. 18-19).

Fonte: Documentos consultados.

Sartori e Cairoli (2014) introduzem seu discurso com essas informações, construindo uma estratégia de comprovar a existência da crise do Estado relacionada à educação para justificar, de antemão, algumas políticas que pretendem aplicar. Já Tarso Genro e Abgail Pereira, os oponentes na disputa eleitoral, utilizam-se da mesma estratégia de iniciar sua exposição com dados estatísticos; contudo, trazem números vistos como positivos em um momento anterior de seu governo:

#### Quadro 3 – Dados introdutórios de Genro e Pereira (2014)

Como resultado, os índices de aprovação, reprovação e abandono melhoraram sensivelmente. O índice de aprovação saltou de 66,1% em 2010 para 73,6% em 2013, o índice de reprovação caiu de 21,6% em 2010 para 16,4% em 2013, e o índice de abandono também obteve melhora, de 12,3% em 2010 para 10,0% em 2013. No Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) de 2013, **os gaúchos ficaram em segundo lugar no ranking nacional das escolas públicas.** (GENRO; PEREIRA, 2014, p. 15, grifo nosso).

Fonte: Documentos consultados.

Muito além da argumentação construída por meio dos números, os candidatos acabam construindo suas próprias verdades, que são justificadas pelos índices estatísticos. Através

dessas “verdades”, eles constroem seus planos de governo, aplicando o conhecimento amostral acerca da população a contextos específicos – sendo que, muitas vezes, a realidade não corresponde ao cenário apresentado nos dados. A comparação descontextualizada entre realidades específicas de cada nicho populacional como método de aplicação das políticas públicas pode vir a ser um problema; afinal,

O que interessa, quanto aos efeitos, não é apenas o alcance das metas previstas, mas a comparação com estatísticas de outros países. As estatísticas comparativas tornam-se modos de mensurar uma diversidade de “arranjos sociais e modos de vida, um aspecto importante das entidades internacionais contemporâneas que produzem relatórios sobre o progresso educacional entre as nações” (Popkewitz; Lidblad, 2001, p. 118). Então, ao produzir um relatório nacional ou internacional sobre o desempenho das políticas educacionais, sociais, econômicas, os números ali contidos não apenas descrevem, mas constituem realidades. (TRAVERSINI; BELLO, 2009, p. 146).

Nelson Marchezan Júnior, candidato a prefeito da cidade de Porto Alegre em 2016, também apresenta em seu discurso estratégias argumentativas vinculadas à importância dos dados estatísticos. A diferença aqui é a presença de uma primeira menção ao diálogo com professores, que, na sua perspectiva, deveria existir em virtude de os docentes serem peças-chave para a melhora dos números extraoficiais.

#### Quadro 4 – Parceria com os professores municipais a fim de alavancar o IDEB

Qualidade em todos os níveis: Propor uma **parceria com os professores** em nome dos alunos da rede municipal de POA, a fim de melhorar os indicadores, alcançando os índices do IDEB propostos nos Planos de Educação. (MARCHEZAN, 2016, p.10. Grifos nossos).

Fonte: Documentos consultados.

Observamos, no excerto dos candidatos ao governo do estado do Rio Grande do Sul em 2014, José Ivo Sartori e José Paulo Cairolí, outro conceito crucial para a melhora das estatísticas: a *performance*. Ao longo dos discursos, é evidente a referência à necessidade de professores e alunos exercerem seus respectivos papéis no meio educacional com alta performatividade.

#### Quadro 5 – Baixa performance da educação gaúcha, segundo o IDEB

É igualmente importante reverter a trajetória de baixa **performance** da educação gaúcha, retratada nas avaliações recentes do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB. Os indicadores referentes ao período de 2005 a 2011 revelam um quadro extremamente preocupante e que exige providências consistentes da Administração Estadual. (SARTORI; CAIROLI, 2014, p.20. Grifo nosso).

Fonte: Documentos consultados.

Diante disso, é possível afirmar que se trata de candidatos a cargos diferentes que têm, porém, o mesmo foco em suas propostas: o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Nesta direção, levamos em conta as observações de Traversini e Bello (2009) para iniciar nossa análise sobre a influência dos índices educacionais na educação:

A estatística pode ser entendida como um meio, composto por saberes e por procedimentos técnicos específicos que é utilizada por governos das diferentes esferas públicas, para situar comunidades com altos índices de analfabetismo, por exemplo, como sendo de risco social. [...]. Tal racionalidade (política contemporânea neoliberal) objetiva conduzir as condutas individuais e as coletivas, administrando-as de modo a responsabilizar cada um pelo seu destino e otimizar os índices de saúde, de educação e de desenvolvimento do país com vistas a diminuir a dependência do Estado e também figurar no topo dos rankings internacionais. (TRAVERSINI; BELLO, 2009, p. 143).

Percebemos, a partir dos autores citados, que determinado “risco social” é definido por meio de um índice. No caso das propostas dos candidatos aqui analisados, os resultados do IDEB caracterizam esse risco iminente, conforme quadro a seguir.

#### Quadro 6 – Propostas arquitetadas a partir do desempenho nos índices educacionais

ENSINO FUNDAMENTAL: Realizar ações que oportunizem a cada aluno se recuperar na progressão de séries, garantindo que o estudante esteja localizado no ano adequado à sua idade, **melhorando os resultados de rendimento e os índices de aprovação da rede**. (MARCHEZAN, 2016, p.10, grifo nosso).

Diminuir os números de evasão e repetência e melhoraria(sic) na nota do IDEB. A meta é que a nota, em 2022 seja 6, correspondendo a qualidade de ensino dos países desenvolvidos. (MELO; BRIZOLA, 2016, p. 16).

c) melhorar o desempenho geral das escolas, com especial atenção aquelas que apresentam pior desempenho. (SARTORI; CAIROLI, 2014, p. 22).

36. Revisão das referências dos ENADES no ensino superior. **Modernização** das estruturas do exame para construir comparabilidades entre anos de aprendizagem e **escalas** de proficiência para cada curso. Aprimoramento do **sistema de avaliação** de ensino superior. (NEVES<sup>24</sup>, 2014, p. 51, grifo nosso).

[...] a revisão e modernização das **matrizes de referência da avaliação da educação básica- SAEB/Prova Brasil**, de modo a estabelecer uma relação clara entre o que está sendo avaliado e o currículo ensinado nas escolas. (NEVES, 2014, p. 49, grifo nosso).

Fontes: Documentos consultados.

O risco social é uma ameaça ao bem-estar do Estado devido a uma questão primordial: o alto custo. No contexto da lógica neoliberal, o valor de cada operação determina qual

<sup>24</sup> Apesar de o último sobrenome do candidato ser “Cunha”, a referência está de acordo com a grafia utilizada no seu programa de governo.

estratégia seguir, inclusive quanto a fatores sociais comumente presentes na parcela da população menos favorecida, como analfabetismo, que influenciam diretamente nos resultados estatísticos negativos. Levando-se em consideração o caráter especulativo existente em tal cenário, esse fato causa problemas aos investimentos do Estado. Por isso, além de serem necessárias políticas públicas direcionadas a resolução desses problemas,

[...] os programas construídos para intervir nos diferentes locais, identificados como sendo de risco social, precisam prestar contas de seus objetivos não apenas considerando o julgamento dos especialistas, mas comprovando, contabilmente, os resultados dos investimentos feitos. (TRAVERSINI; BELLO, 2009, p. 146-147).

Como eliminar o risco social, segundo os nossos candidatos? Através de alguns fatores pontuais: os professores e suas performances, o período de ocupação escolar dos alunos e a modernização da estrutura escolar. Seguimos, a partir disso, nossa análise, passando a abordar tais fatores.

### 3.2.2 O professor “M.V.P” e a escola performativa

“M.V.P” é uma sigla utilizada, sobretudo, nos esportes americanos, em especial no basquete, para eleger o *Most Valuable Player* – em tradução livre, “jogador mais valioso”. O ganhador desse prêmio é o atleta com o melhor desempenho individual dentre todos os participantes da competição. Intitulamos a subseção de “O Professor M.V.P” não por acaso, uma vez a valorização desse profissional está, na pós-modernidade, diretamente ligada ao seu desempenho ou performance como docente. Lembramos que o contexto neoliberal de organização da educação nos leva naturalmente à competição; deste modo, não nos parece absurdo utilizar uma analogia esportiva para redefinir o papel do professor nessa sociedade meritocrática. O caráter competitivo adotado pela educação é comprovado também nos discursos eleitorais analisados:

#### Quadro 7 – Valorização da remuneração e ofertas de premiações aos docentes

Prêmios como o *Professor Excelência* servem de incentivo à criatividade e à dedicação. (MELO; BRIZOLA, 2016, p. 16, grifo dos autores).

Criação de um programa nacional de assistência técnica aos estados e municípios, de forma a **incentivar o uso dos resultados das avaliações externas na melhoria da sala de aula e no avanço do desempenho dos alunos**, a partir de estratégias que articulem metas por escola, ações de natureza pedagógica e **prêmio de produtividade pelas metas alcançadas**. (NEVES, 2014, p. 51-52, grifo nosso).

Igualmente importante é o esforço a ser feito na melhoria da **remuneração dos professores**. [...]. Sem isso, persistirão os problemas de recrutamento de quadros qualificados, evasão e baixa autoestima dos professores, no final, **a má qualidade da educação**. (SARTORI; CAIROLI, 2014, p. 20, grifo nosso).

Fontes: Documentos consultados.

Nos quadros acima, notamos a clara política de competição a ser implantada por Melo e Brizola (2016) e Neves (2014), sendo o candidato à presidência ainda mais detalhista sobre os critérios da competição proposta, evidenciando novamente a importância dos índices avaliativos de desempenho. No contexto dessas propostas, professores e escolas serão premiados pelos (bons) resultados de seus alunos. Com isso, fica uma indagação: acreditariam os atores políticos ser necessário um incentivo financeiro extra para que os professores se empenhem mais em sua suposta “missão” educacional? Segundo o discurso de Sartori e Cairoli (2014) (vide quadro 8), a resposta para uma baixa qualidade da educação pode estar na remuneração dos professores. A culpabilização dos docentes pelo mau desempenho escolar é percebida nesses discursos, sendo a responsabilidade pela desvalorização dos profissionais retirada do Estado e transmitida ao próprio professor, haja vista sua (des)qualificação como profissional da área educacional. Assim, fica explícito nos discursos a correlação entre a necessidade de os professores serem mais eficientes para receberem uma remuneração que esteja de acordo com os resultados alcançados.

#### Quadro 8 – Relações entre melhores salários e melhor formação

Vamos enfrentar o desafio de valorizar o professor, com melhores salários e melhor formação. (ROUSSEFF, 2014, p. 18).

[...] investir na qualificação dos professores, promovendo e incentivando ampla e permanente atualização. (SARTORI; CAIROLI, 2014, p. 22).

Qualificar o atendimento na Educação Infantil, mediante **a formação continuada dos profissionais**. (MARCHEZAN, 2016, p. 10, grifo nosso).

IV. Educação: [...] A sociedade quer mudança. Quer escolas organizadas que funcionem bem, com **mais tempo** para as crianças aprenderem, mais transparência na gestão de recursos públicos, **mais eficiência** na execução de políticas educacionais e **mais professores bem preparados e remunerados adequadamente** [...]. Criação de incentivos para melhorar a formação, a carreira e a remuneração dos professores, bem como valorização e reconhecimento daqueles profissionais que mais contribuem para o desenvolvimento de seus alunos, **vinculando a remuneração dos professores à melhoria da aprendizagem dos alunos**. (NEVES, 2014, p. 48, grifo nosso).

Fontes: Documentos consultados.

Para tentarmos, ainda que de forma incipiente, compreender essa ressignificação da educação, podemos relacionar o seu novo foco (nos resultados) ao conceito de *performatividade*,

problematizado por Ball (2010). Uma primeira reflexão trazida pelo autor seria de que “os interesses de uma boa escolarização e de um bom cuidado parental tornam-se antitéticos em vista das demandas da performatividade” (BALL, 2010, p. 47). Para ilustrar os impactos desse conceito, é pertinente expormos o seguinte exemplo proveniente da obra de Stephen Ball:

[...] a maneira pela qual a performatividade pode facilmente se tornar totalmente divorciada do sentido da prestação do serviço é dramaticamente demonstrada por uma companhia ferroviária britânica que, em diversas ocasiões, passa sem parar por estações em que deveria parar, para assegurar que seus trens cheguem ao seu destino na hora marcada. (BALL, 2010, p. 47).

A partir disso, questionamo-nos: deve-se considerar a educação nacional como “qualificada” desde que os índices quantitativos de desempenho educacional, em consonância com a performatividade dos docentes envolvidos no processo, apontem para essa direção? Mas de que maneira iremos quantificar esses dados de uma forma “válida”? Consideremos que, em determinado ano, um aluno qualquer possa não ter conseguido desenvolver todos os conhecimentos esperados para o seu nível de ensino – por exemplo, não consegue produzir um artigo de opinião demonstrando coesão textual entre seus argumentos (ou nem ao menos apresenta argumentos). Este aluno deveria, então, repetir o ano, para que então consiga desenvolver o conhecimento esperado ao seu nível de ensino. Todavia, primeiramente, esse possível aluno repetente acabaria tendo um impacto negativo no resultado quantitativo final de nossa avaliação. Em segundo lugar, “repetir o ano” é constrangedor, pois marca insuficiência performativa, sendo muito comum famílias intervirem junto à escola para questionar a reprovação de seus filhos. Ou seja, a preocupação não está focalizada no objetivo de desenvolver o conhecimento do estudante, mas sim na sua meta de “completar etapas”, como se estivesse em um jogo de vídeo game – ou, ainda, voltando à analogia de Ball, o aluno, na sociedade contemporânea performativa, necessita apenas chegar ao seu destino (fim do ensino regular) na hora marcada.

Contudo, essa analogia tem um problema crucial: considera apenas os conhecimentos esperados do aluno de acordo com certo nível de ensino, ignorando os ideais esperados pela sociedade contemporânea. A partir dessa lógica, a escola não teria o objetivo de elevar, em níveis gerais e igualitários, o nível educacional/intelectual da população, mas sim de produzir sujeitos preparados para o mercado de trabalho flexível. Para Veiga-Neto (2000), tal analogia apresenta um “falso problema” escolar, uma vez que

[...] o "desempenho" da escola não pode ser cotejado com ideais que se estabeleceram implicadas com ela, como "irmãos" dela. Em outras palavras: escola moderna e ideais iluministas estão historicamente articulados e emaranhados numa mesma episteme, de modo que uma não serve de antídoto para os supostos desvios do outro. Assim, aqueles ideais não podem servir de padrão de medida —para os alegados fracassos e êxitos da escolarização de massas— simplesmente porque nem tais ideais são anteriores à escola, nem eles são independentes dela e nem mesmo a escola surgiu para resolver a sua não consecução [...]. (VEIGA-NETO, 2000, p. 188).

Necessitamos, a partir dessa reflexão, compreender de forma clara o “modelo” de professor necessário para o sucesso da escola contemporânea. O profissional docente valorizado será aquele que contribuir de forma mais contundente com a formação de jovens prontos para o novo mundo neoliberal, precisando, para isso, de formação complementar – não necessariamente teórico-científica – dentro de sua área de atuação, de modo a adquirir destreza para operar os modernos instrumentos escolares. O discente, por sua vez, terá justificado seu déficit de aprendizagem também pelo fator “tempo de estudo”, segundo os discursos de nossos atores políticos, como veremos a seguir.

### 3.2.3 Um dia inteiro imerso no novo mundo tecnológico: a escola neoliberal ideal

Para além da responsabilidade do professor – e, conseqüentemente, das instituições de ensino – pelo baixo desempenho dos alunos, de acordo com os índices educacionais, existe também a parcela de responsabilidade do aluno, que supostamente pode não ter atingido o patamar desejável de conhecimento devido a um tempo insuficiente de envolvimento em atividades escolares. A relação direta entre tempo escolar e aprendizagem é inclusive utilizada como argumento dos órgãos governamentais responsáveis pela educação brasileira, conforme elucidado por Freitas (2013, p. 45):

A maior permanência de crianças e jovens na escola é apontada como um modo de qualificar suas aprendizagens, pois requer “[...] realização de múltiplas experiências, requer poder errar no caminho das tentativas e buscas, enfim, requer considerar os diferentes tempos dos sujeitos da aprendizagem”. (BRASIL, 2009a, p. 35).

A justificativa de propiciar “múltiplas experiências” aos alunos pode esconder o fato de todas estarem em consonância com a única realidade para qual o aluno está sendo preparado: a inserção na sociedade contemporânea, que exige novas formas de gerenciamento do risco social. Não bastam ao aluno contemporâneo conhecimentos em ciências humanas, exatas ou naturais, pois ele necessita também desenvolver competência suficiente para a

vivência de relações interpessoais essenciais para o competitivo cenário pós-escolar. Assim, segundo aponta Freitas (2013, p. 44), a escola contemporânea,

No que tange ao alargamento das funções da instituição escolar, bem como à sua percepção diante a sociedade brasileira, a proposta de Educação Integral acredita que a escola deva ser reconhecida como uma “[...] rede de espaços sociais (institucionais e não institucionais) que constrói comportamentos, juízos de valor, saberes e formas de ser e estar no mundo”. (MOLL, 2007, p. 139).

A necessidade da expansão de carga horária dos estudantes na instituição escolar é consenso dentre os discursos de todos os candidatos analisados, tornando-se uma verdade praticamente inquestionável a urgência da implantação da escola integral para o êxito da educação brasileira, como percebemos no quadro seguinte.

#### Quadro 9 – A unanimidade pela implantação da escola integral

Implantação da escola de tempo integral e progressiva eliminação do ensino noturno para jovens que não trabalham. (NEVES, 2014, p. 49).

Vamos continuar ampliando e qualificando a rede de educação em tempo integral, de forma que ela atinja até 20% da rede pública, até 2018. (ROUSSEFF, 2014, p. 18).

A expansão da educação em tempo integral nas escolas públicas tornou-se prioridade para o governo federal. Antes do governo Lula, praticamente não havia apoio aos Estados e municípios para oferecer atividades pedagógicas no contraturno escolar. Ao final do governo Lula, 10 mil escolas já ofereciam educação em tempo integral. No governo Dilma já são 49 mil escolas em tempo integral. (ROUSSEFF, 2014, p. 12).

ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL: implantação de pelo menos duas Escolas por Coordenadoria Regional de Educação (CRE), segundo as concepções de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro;

EXPANSÃO DO TEMPO DE PERMANÊNCIA DO ALUNO: ampliação do tempo de permanência dos alunos do Ensino Fundamental em toda a Rede Estadual. (SARTORI; CAIROLI, 2014, p. 24).

Qualificar a educação através da **valorização da escola em Tempo Integral**, tendo como meta abranger toda a rede pública, qualificando e formando professores para este novo desafio, concentrando todo o saber dos técnicos para superar as dificuldades. (MELO; BRIZOLA, 2016, p. 16, grifo nosso).

**EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E CONTRA-TURNO ESCOLAR:** Intensificar esforços para oferecer educação em **Tempo Integral** na rede pública de ensino. Realizar atividades utilização do contraturno escolar, utilizando a estrutura disponível das escolas, e em parceria com instituições ligadas ao serviço social, arte, cultura e esportes do município. (MARCHEZAN, 2016, p. 10, grifo nosso).

Fontes: Documentos consultados.

Considerando-se ainda a noção de alargamento das funções da instituição escolar, a escola integral relaciona-se a outro fator de preocupação dos governantes, já mencionado anteriormente: o risco social. Desse modo,

[...] percebe-se a educação integral, também, como intuito de combater as desigualdades sociais por meio do oferecimento de diferentes oportunidades educativas, como uma forma de manter os estudantes mais tempo na escola – e longe da violência –, gerenciando o risco social em que vivem crianças e jovens oriundos de realidades sociais menos favorecidas. (FREITAS, 2013, p. 47).

O direcionamento de localidades nas quais o risco social está mais presente articula-se com a “solução” da escola integral. Assim, a instituição de ensino apresenta mais uma de suas novas funções e age como formadora de mão de obra, ao mesmo tempo que atua nas funções de segurança e controle social, como demonstrado nos discursos a seguir.

#### Quadro 10 – A escola integral como medida de combate ao risco social

Apoio a projetos de **educação e formação profissional em tempo integral** nas áreas de maior vulnerabilidade em relação à segurança. (NEVES, 2014, p. 65, grifo nosso).

c) Assistência Social (6,69% de investimento)

Firmar termo de cooperação técnica entre a SMGL/Programa de inclusão Produtiva para população em situação de rua nos moldes do Programa Todos Somos Porto Alegre e cursos profissionalizantes com a SMT. [...] Para jovens uma política de inclusão no mercado de trabalho. (MELO; BRIZOLA, 2014, p. 19).

Fontes: Documentos consultados.

A extensão do tempo de permanência do aluno nas escolas acaba criando novas práticas a serem desenvolvidas durante o período escolar. Muitas dessas práticas, para que possam legítima contribuição na formação dos discentes, aparecem articuladas a ferramentas tecnológicas ditas modernas e inovadoras. Saraiva (2006) questiona alguns pesquisadores contemporâneos que vêm defendendo o ensino ministrado em ambientes virtuais como garantia de um método de aprendizagem mais efetivo. Segundo ela,

O que esses autores parecem esquecer é que o mundo online é frequentado pelos mesmos sujeitos que estão nas aulas presenciais. Nada indica que a civilidade, entendida como o cultivo de relações cordiais na vida pública, e o respeito sejam mais desenvolvidos nas relações travadas no ciberespaço. Novamente fica em aberto a questão do por que no ciberespaço conseguimos melhores relações e um melhor ambiente de trabalho do que numa sala de aula presencial. (SARAIVA, 2006, p. 101).

Além da discussão sobre aulas a distância, podemos relacionar aqui a emergência da modernização tecnológica presente nos discursos eleitorais. Norteamos, mais uma vez, nosso

raciocínio por meio de questões: qual será a real diferença, em termos de desenvolvimento cognitivo, quanto aos alunos que digitarem seus textos em uma aula de redação, em vez de os escreverem em seus cadernos? Qual seria a diferença entre acompanharem alguns vídeos explicativos sobre trigonometria, com esclarecimentos que poderiam ser feitos perfeitamente pelo(a) professor(a), e terem a mesma aula sem o recurso audiovisual? Da mesma forma como o discurso emergente sobre a necessidade da modernização tecnológica,

Os discursos sobre EaD estão imbricados com aquilo que Veiga-Neto (2006, p. 5) chama de messianismo, que consiste na busca de alguém ou de algo capaz de solucionar os problemas que hoje experimentamos, levando a todos para uma terra prometida onde corra o leite e o mel. (SARAIVA, 2006, p.104).

A escola vista como *high tech*, aparentemente, não terá o seu grande trunfo em metodologias de ensino eficazes. Sob uma ótica positivista, as aulas poderão sim serem consideradas “inovadoras”; entretanto, inovar a forma de exposição de uma aula, ou os recursos disponíveis para os alunos desempenharem as atividades, não significa, necessariamente, ministrar uma aula “melhor”. Por outro lado, uma aula computadorizada certamente terá enorme *glamour* na visão do sujeito-cliente ocupante da escola contemporânea, sedento por consumir algo diferente do usual e estimulado pelas estratégias de marketing neoliberais, que desenham a educação tecnológica como ideal. Sobre essa necessidade atual de uma escola tecnológica, Veiga-Neto (2000) afirma:

[...] percebeu-se também que os mercados consumidores deveriam ser incrementados após a Segunda Guerra Mundial. Mas um simples incremento na produção parecia não ser mais suficiente para aumentar a acumulação capitalista. O que foi se colocando muito claramente foi que não bastava tão somente produzir mais e melhor, mas que era preciso produzir de maneira diferente; o que no caso significava produzir coisas diferentes. Mas como há um limite para a inventividade de novos produtos, descobriu-se logo que era preciso produzir novas e múltiplas versões de velhas coisas. (VEIGA-NETO, 2000, p. 190).

O messianismo relatado por Saraiva (2006) está presente nas propostas de governo analisadas. Nesta direção, Marchezan (2016) e Rousseff (2014) trazem genericamente em seus discursos trechos sobre renovação e manutenção de áreas e materiais utilizados, bem como sobre estímulos pedagógicos. Porém, diante da falta de transparência sobre o que seriam de fato essas medidas, optamos por não inseri-las ao quadro seguinte.

### Quadro 11 – A necessidade da modernização tecnológica das escolas

[...] redobrar esforços para dotar, progressivamente, nossas escolas de equipamentos e meios que potencializem a aprendizagem, tais como laboratórios, bibliotecas e salas digitais. (SARTORI; CAIROLI, 2014, p. 22).

Modernizar os espaços tecnológicos nas escolas, lousas interativas, acesso pleno à internet e incentivo à robótica, que já são destaque no município, inclusive com participação em **competições internacionais**. (MELO; BRIZOLA, 2016, p. 16, grifo nosso).

Apoio à modernização dos equipamentos escolares, incluindo a instalação de bibliotecas e laboratórios, computadores e acesso à Internet, e adequação térmica dos ambientes para o tempo de verão, garantindo a todas as escolas brasileiras condições adequadas de infraestrutura, incluindo conexão WIFI acessível a todo estudante. (NEVES, 2014, p. 49).

Fonte: Documentos consultados.

A organização discursiva das propostas de Genro e Pereira (2014) encerra os quadros de análise, devido a sua estrutura organizacional. Apesar de o exercício didático feito nesta análise separar as ocorrências das propostas, todas elas mantêm tênue ligação, reverberando os pontos articulados no discurso do candidato ao Palácio Piratini.

### Quadro 12 – Propostas educacionais de Genro e Pereira (2014)

**Ampliar a educação integral em tempo integral**, manter a reestruturação curricular do ensino médio e educação profissional integrada na Rede Estadual, a garantia de acesso para jovens de 15 a 17 anos, bem como, a continuidade do investimento em melhorias na estrutura física, modernização tecnológica das escolas estaduais, e a recuperação salarial e formação continuada dos professores e professoras, visando mais qualidade na educação. (GENRO; PEREIRA, 2014, p. 21, grifo dos autores).

Fonte: Documentos consultados.

O quadro acima relaciona, em um tópico concentrado, as propostas que poderiam ser assinadas por quaisquer dos atores políticos analisados. De modo geral, a qualidade da educação, mensurada por meio dos índices educacionais, sustenta-se nos discursos políticos contemporâneos – cenário que Ball (2010, p. 51) define como um “conjunto de tecnologias performativas e um mix improvisado e polivalente de elementos físicos, textuais e morais que tornam possível governar de um modo ‘liberal avançado’”. (ROSE, 1996, p. 58)”.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as vezes em que meus colegas e professores perguntavam, durante o período de minha graduação, o porquê da escolha em cursar Letras, minha resposta sempre era: “Porque, por meio da língua portuguesa, eu poderei compreender melhor qualquer assunto que eu venha a ter interesse em aprofundar meus estudos”. Nesse caso, através desta pesquisa, busquei compreender, motivado por uma profunda crise política vivida em meu país, por que os candidatos a cargos políticos dizem o que dizem nos discursos de suas propostas educacionais.

Na procura por respostas, acabei percebendo que meu primeiro erro estava na minha pergunta; então, passei a questionar as formas pelas quais aqueles discursos de campanha eram (re)produzidos. Para chegar a alguma resposta, ainda que incompleta, necessitei realizar uma reconstituição histórica macroanalítica, entrelaçando a política, a economia e a sociedade. Construí então um percurso traduzido por práticas discursivas, processo no qual percebi que as palavras têm poder – tanto de registrar quanto de modificar as verdades aceitas pelo povo.

A escola, ao passo que se engendra sobre índices estatísticos, modifica as concepções educacionais de acordo com o seu novo foco: os resultados de seus sujeitos-clientes. Os programas de governo analisados nesta pesquisa apresentam, nos discursos de seus candidatos, uma nova concepção da verdadeira função da educação no contexto da sociedade contemporânea.

A escola de hoje não é mais projetada exclusivamente para a formação humanística do cidadão, nem para a construção sujeitos críticos e questionadores, relutantes em aceitarem imposições vindas de grandes corporações com interesses, acima de tudo, financeiros. Muito pelo contrário, a arquitetura da “nova” escola – a partir dos discursos analisados – está de acordo com a nova concepção de educação, projetando uma formação de sujeitos preparados para o mundo contemporâneo, pautado pelo capitalismo flexível. Tal processo transforma todas as competências desenvolvidas nos anos escolares em atributos de valor performativo.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A Fábrica da Educação**: da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo: Cortez, 2017.
- ARENDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Documentário, 1976.
- \_\_\_\_\_. **O Que é Política?** Tradução de Reinaldo Guarany. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Compreender**: formação, exílio e totalitarismo: ensaios. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BALL, Stephen J. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p.37-55, maio/ago. 2010.
- \_\_\_\_\_. Performatividade, privatização e o pós-estado do bem-estar. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, set./dez., 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. **A Sociedade Individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Tradução de José Gradel. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BRASIL. Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995.
- BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de Setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9504.htm)>. Acesso em: 01 maio 2018.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos na Empresa**: pessoas, organizações e sistemas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- COMPETÊNCIA. In: DICIONÁRIO AULETE. [S.l., 2018?]. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/compet%C3%Aancia>>. Acesso em: 01 maio 2018.
- ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo**: construcción y desconstrucción del desarrollo. Colombia: Norma, 2007.
- FISCHER, Rosa M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 114, p. 197-223, nov. 2001.
- FISCHER, Rosa M. B. Verdades em suspenso: Foucault e os perigos a enfrentar. In: COSTA, Marisa Vorrarber (Org.). **Caminhos investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 49-72.

FONSECA, Gilson Luiz Bretas da. **Qualidade dos Indicadores Educacionais para Avaliação de Escolas e Redes Públicas de Ensino Básico no Brasil**. 2010. 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2010. Disponível em: <[www.ufjf.br/ppge/files/2010/07/Dissertação-Gilson-Luiz-Bretas-da-Fonseca-2010.pdf](http://www.ufjf.br/ppge/files/2010/07/Dissertação-Gilson-Luiz-Bretas-da-Fonseca-2010.pdf)>. Acesso em: 01 out. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 17. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

FREITAS, Juliana Veiga de. **Compondo a docência**: os discursos que constituem o professor contemporâneo da Educação Integral. 213. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/72696>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

GALINARI, M. M. Logos, ethos e pathos: “três lados” da mesma moeda. **Alfa**, São Paulo, v. 58, n. 2, p. 257-285, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

HAYEK, Friedrich August von. **O Caminho da Servidão**. Tradução de Anna Maria Capovilla et al. 6. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado**: no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no século XXI**. Tradução de Monica Baumgarten De Bolle. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

PITON, Ivania Marini. **Políticas, reformas e conflitos docentes**: globalização neoliberal na educação básica paranaense. Curitiba: Gráfica da Assembleia Legislativa, 2007.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, v. 1, n. 1, jul. 2009.

SARAIVA, Karla. O Ciberespaço como um Empíreo Educacional. In: BUJES, Maria Isabel; SOMMER, Luís Henrique (Org.). **Educação e Cultura Contemporânea**: articulações, provocações e transgressões em novas paisagens. Canoas: Ulbra, 2006. p. 93-106.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Teoria cultural e educação**: um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TRAVERSINI, Clarice Salete; BELLO, Samuel Edmundo López. O Numerável, o Mensurável e o Auditável: estatística como tecnologia para governar. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 34, p. 135-152, maio/ago. 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRERO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme. (Org.). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: NAU, 2000. p.179-217. Disponível em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta5.13.htm>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Educação e Pós-Modernidade**: impasses e perspectivas. Resumo da Aula Inaugural do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PPG-Educação/PUC-Rio). Rio de Janeiro, mar. 2005. Disponível em: <[https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca\\_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=8708@1](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=8708@1)>.

\_\_\_\_\_. **Foucault & a Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

\_\_\_\_\_. Anotações sobre as relações entre teoria e prática. **Revista Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p.113-140, mar./jun. 2015.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Brasília: UNB, 1998.

## DOCUMENTOS CONSULTADOS

GENRO, Tarso; PEREIRA, Abgail. **Carta Compromisso**: para compartilhar mais crescimento e igualdade. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <[http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2014/680/BR/RS/3/210000000003/proposta\\_governo1404333039035.pdf](http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2014/680/BR/RS/3/210000000003/proposta_governo1404333039035.pdf)>. Acesso em: 21 out. 2017.

MARCHEZAN, Nelson. **Programa de Governo**: Porto Alegre: nossa cidade quer mudança. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <[http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/RS/88013/2/210000029381/proposta\\_governo1471291722755.pdf](http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/RS/88013/2/210000029381/proposta_governo1471291722755.pdf)>. Acesso em: 21 out. 2017.

MELO, Sebastião; BRIZOLA, Juliana. **Programa de Governo da Candidatura Majoritária de Sebastião Melo à Prefeitura de Porto Alegre**: cidade Próspera, Democrática, Justa e Inovadora. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <[http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/RS/88013/2/210000011191/proposta\\_governo1471637088504.PDF](http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/RS/88013/2/210000011191/proposta_governo1471637088504.PDF)>. Acesso em: 21 out. 2017.

NEVES, Aécio. **Plano de Governo**: diretrizes Gerais. [S.l.], 2014. Disponível em: <[http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2014/680/BR/BR/1/280000000085/proposta\\_governo1404581387311.pdf](http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2014/680/BR/BR/1/280000000085/proposta_governo1404581387311.pdf)>. Acesso em: 21 out. 2017.

ROUSSEFF, Dilma. **Programa de Governo**: mais mudanças, mais futuro. [S.l.], 2014. Disponível em: <[http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2014/680/BR/BR/1/280000000083/proposta\\_governo1404575188241.pdf](http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2014/680/BR/BR/1/280000000083/proposta_governo1404575188241.pdf)>. Acesso em: 21 out. 2017.

SARTORI, José Ivo; CAIROLI, José Paulo. **Plano de Governo**: o novo caminho para o Rio Grande. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <[http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2014/680/BR/RS/3/210000000083/proposta\\_governo1404480703100.pdf](http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2014/680/BR/RS/3/210000000083/proposta_governo1404480703100.pdf)>. Acesso em: 21 out. 2017.